

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

DO ROÇADO À FÁBRICA: ITINERÁRIO DE MIGRANTES DO
CAMPO PARAENSE À VIDA FABRIL EM BELÉM;
UM ESTUDO DE CASO

Zelma Lúcia Ataíde de Campos

CAMPINA GRANDE
1990

[REDACTED]

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

DO ROÇADO À FÁBRICA: ITINERÁRIO DE MIGRANTES DO
CAMPO PARAENSE À VIDA FABRIL EM BELÉM;
UM ESTUDO DE CASO

Zelma Lúcia Ataíde de Campos
Orientador: Jean Hébette

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia Rural da Uni-
versidade da Paraíba como requisito
à obtenção do Grau de Mestre.

CAMPINA GRANDE
1990

DIS
325.54 (D413)
C.186 d



C186d Campos, Zelma Lucia Ataíde de
Do roçado a fábrica, itinerário de migrantes do campo
paraense a vida fabril em Belém : um estudo de caso / Zelma
Lucia Ataíde de Campos. - Campina Grande, 1990.
123 p.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade
Federal da Paraíba.

1. Irrigação - Para - Brasil 2. Êxodo Rural - Região
Norte - Brasil 3. Trabalho Fabril - Operariado 4.
Dissertação I. Hebert, Jean, Dr. II. Universidade Federal
da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 325.54(043)

B A N C A E X A M I N A D O R A

PROF. JEAN HEBETTE

DR.

PRESIDENTE-ORIENTADOR

PROF. JOÃO OTÁVIO PAES DE BARROS JÚNIOR
M.Sc. COPPE - RIO DE JANEIRO - RJ
- EXAMINADOR -

PROFA. MARIA GORETTI SERPA BRAGA
DRA. OKLAHOMA STATE UNIVERSITY
- EXAMINADORA -

PROF. PAULO ORTIZ ROCHA DE ARAGÃO
PhD. - UNIVERSIDADE MARILND, COLLEGE PARK - USA
- EXAMINADOR -

CAMPINA GRANDE, 20 DE NOVEMBRO DE 1990

R E S U M O

O estudo trata de uma pesquisa feita com operários têxteis da CATA - Companhia Amazônia Têxtil de Aníagen - que tiveram passado rural. O interesse em abordar o assunto se baseia no sentido de observar como se processa a ruptura das relações de trabalho rural para as relações de trabalho industrial. Na tentativa de reconstituir o processo migratório que os levou do roçado à fábrica por melhores condições de vida, percebe-se que, as possibilidades concretas de sobrevivência são desanimadoras. Através de entrevistas se busca recuperar o passado rural, a saída do campo e o presente urbano operário, captando experiências de vida ao longo de trajetórias ocupacionais e o impacto de mudança na relação campo/cidade.

R É S U M É

L'étude s'agit d'une recherche élaborée avec des ouvrières de textile de la CATA - Compagnie Amazonienne de Textile de Toile d'emballage - qui se distinguent d'un passé rural. L'intérêt subjectif s'est basé en observer comment se développe la rupture des relations de travail rural pour relations de travail industriel. Dans la tentative de reconstruire le procès migratoire que s'eux emportent de la campagne pour la fabrique en chercher des meilleures conditions de vie, on s'aperçoit que les possibilités concrètes de survivre sont décourageantes. A travers des entrevues, on se cherche récupérer le passé rural, la sortie de la campagne, et le présent urbain ouvrière pour capter leurs expériences quotidiens au long des trajets occupationels et l'impact de changement de le rural pour la ville.

S U M A R I O

Pag.

AGRADECIMENTOS

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1. <u>DA CIDADE DE SANTA MARIA DE BELÉM AO CAMPO: A expansão colonizadora</u>	11
1.1. O PROCESSO DEMOGRÁFICO.....	11
1.1.1 - <u>A Colonização do Rio Tocantins</u>	11
1.1.2 - <u>A Colonização do Nordeste Paraense</u>	19
1.2 - O PROCESSO ECONÔMICO.....	22
1.2.1 - <u>A Fase Extrativista</u>	25
1.2.2 - <u>Origem da Indústria</u>	21
1.2.3 - <u>A CATA (Companhia Amazônia Têxtil de Aníagem)</u>	38
2. <u>DO CAMPO À CIDADE DE BELÉM: O Êxodo Rural</u>	44
2.1 - <u>A MIGRAÇÃO: Uma Tentativa de Interpretação Teórica</u>	44
2.2 - <u>A MIGRAÇÃO: A Visão do Migrante</u>	53
2.2.1 - <u>O Passado Rural</u>	53
2.2.2 - <u>A Saída do Campo</u>	81
2.2.3 - <u>Rumo à Fábrica: O Presente Urbano</u>	88

LISTA DE TABELAS

	Pag
1- Caracterização dos operários da Cata em relação à origem urbano/rural no setor fibra natural	41
2- Caracterização dos operários da CATA em relação à origem urbano/rural no setor fibra sintética	42
3- Caracterização dos operários da CATA em relação à origem urbano/rural nos setores de fibras natural e sintética	43
4- Origem dos entrevistados por microrregiões geográficas do estado do Pará	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa do Estado do Pará destacando as microrregiões dos entrevistados

Fotografias

1- Estivas	97
2- Portão principal da CATA	105
3- Portão aberto sem piquete	105
4- Reivindicação dos operários	106
5- " " "	106
6- Concentração de operários em frente à CATA	107
7- " " " " " " "	107
8- Adesão total dos operários	108
9- Momento de descontração	108

	Paq.
3. <u>VOLTAR PRÁ TERRA OU SOFRER NA FÁBRICA?</u>	109

<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	118
---	-----

<u>OBRAS CONSULTADAS</u>	122
--------------------------------	-----

ANEXOS

AGRADECIMENTOS

A TODOS que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Em especial, aos OPERÁRIOS da CATA pelas suas histórias de vida e a JEAN HÉBETTE, meu orientador.

EPÍGRAFE

"Eu antes não pensava em voltar pro interior, mas agora já com essa idade ainda estou lutando com muita dificuldade. Se for pra ficar assim a vida toda, eu prefiro um dia voltar".

"Aqui tem ladrão, assalto mas eu não quero voltar pro interior. A gente aqui vive com dificuldade mas, sabe, tem mais trabalho pra tentar".

"Nem sei o que fazer, se volto pra roça ou se fico na fábrica".

(Operários da CATA)

INTRODUÇÃO

A pesquisa que nos propusemos desenvolver corresponde a um estudo de caso com trabalhadores da CATA - Companhia Amazônia Têxtil de Aniakem - na condição de operários têxteis de origem rural.

O eixo central do estudo tratará de uma análise elaborada a partir dos trabalhadores com o objetivo de observar os impactos de mudanças pelas quais passam, ao se processar a ruptura das relações de trabalho rural para as relações de trabalho industrial.

Sabe-se que existe nos diferentes ramos de atividades industriais um contingente de trabalhadores de passado rural compondo o quadro de mão-de-obra nas fábricas. Operacionalizar nossa pesquisa no sentido de articular passado rural e presente urbano operário, era uma questão que precisava ser feita para que pudéssemos iniciar nosso estudo.

Operários de origem rural era nosso interesse. Portanto, selecionar uma fábrica que satisfizesse os objeti

vos da pesquisa seria o primeiro passo: a CATA era nossa referência. Contribuiu para isso, o fato de que em 1985 através de um convênio SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia S/A) e IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) realizamos um trabalho na CATA. A avaliação dos Incentivos Fiscais em empresas previamente selecionadas, era a proposta desse trabalho. Dentre outras, a CATA foi escolhida.

O trabalho se desenvolveu no setor de contabilidade da empresa. Durante esse trabalho só tivemos contato com os operários no momento da visita às unidades de produção em que trabalhavam. A própria estrutura fechada da fábrica reforça essa distância.

A partir daí ficou o interesse particular de desenvolver, em outra oportunidade, um trabalho com esse operário têxtil, buscando conhecer sua condição de vida e trabalho, através de suas próprias histórias.

Como a intenção da nossa pesquisa do curso de mestrado era trabalhar com operários de origem rural nos dirigimos ao Departamento de Pessoal da CATA em junho de 1988. Através de um levantamento nas fichas cadastrais dos operários verificamos que do total da mão-de-obra (1.100) que ope

rava na produção no momento da pesquisa, 70% eram migrantes.

Convém ressaltar que desse percentual, 61% tinham vindo do interior do Pará. Ao constataremos a grande absorção de migrantes pela fábrica, confirmamos sua representatividade para os objetivos de estudo. Assim, decidimos fazer a pesquisa com os operários da CATA, por considerarmos significativo esse percentual de mão-de-obra de origem rural. Se tornou importante também pelo fato dos trabalhadores morarem, em sua grande maioria, ao redor da fábrica, viabilizando nossa pesquisa de campo.

A passagem da situação de trabalhadores residentes no interior para a situação de trabalhadores residentes na cidade, acontece frequentemente nas diferentes regiões do país. A questão que nos despertou interesse foi de estudar um grupo de trabalhadores que passaram pela experiência do trabalho rural e hoje são todos operários de fábrica.

O fato dos entrevistados terem vindo do interior do Pará foi outra particularidade do nosso estudo. Portanto, nossa preocupação com esses operários de passado rural amazônico que tiveram suas condições de vida modificadas no processo de ruptura do trabalho rural/urbano, foi de tentar entender, considerando as tradições culturais da região,

como interligam a experiência do trabalho urbano fabril com aquela vivenciada no roçado.

No contexto urbano existe um permanente desejo de mudança justificado a partir da situação caracterizada pelo precário assalariamento. No rural, se reportaram às extenuantes condições de trabalho da roça associado ao desestímulo de continuar no interior, pelas dificuldades básicas de sobrevivência. Assim, como reconstituem o processo que os levou a migrar baseado na descrença de perspectivas de melhoria social no contexto rural, se na cidade rejeitam as condições de vida e de trabalho em função dos baixos salários que recebem?

Esses operários que já viveram a experiência do trabalho rural, revelaram as diferentes estratégias de reprodução processadas ao longo de suas trajetórias ocupacionais, como veremos neste estudo.

Nossa pesquisa constará de 3 partes. Como nos entrevistados se originaram principalmente do nordeste paraense buscaremos recuperar num primeiro momento, como se deu a expansão colonizadora da cidade de Belém aos núcleos de povoamento que surgiram nos seus arredores. Abordaremos a colonização numa das mais antigas zonas de exploração da

região (o nordeste paraense) através do Rio Tocantins e da estrada de ferro que ligava Belém à Bragança permitindo o escoamento da produção dos vários núcleos coloniais para Belém.

Em seguida mostraremos que o processo econômico paraense esteve marcado pelo extrativismo caracterizado pela procura mundial da borracha, provocando a intensiva exportação dessa matéria-prima.

Com a implantação da política de Incentivos Fiscais na região, a partir da década de 60, cabia ao governo a incumbência de atrair capital mediante a liberação dos Incentivos Fiscais com a infra-estrutura básica para novos empreendimentos. Assim, se ampliou o setor industrial em Belém, sendo a CATA, dentre outras empresas, beneficiada em 1966 com os Incentivos Fiscais da SUDAM.

Com o crescimento da indústria, uma grande quantidade de trabalhadores é absorvida pelas fábricas. A população trabalhadora vinda do meio rural para a cidade se coloca à disposição do capital.

Na segunda parte da nossa pesquisa procurare

mos enfocar como se processou o êxodo rural em direção a Se-
lém. No primeiro momento tentaremos mostrar, em linhas ge-
rais, como os clássicos elaboraram suas teorias sobre os des-
locamentos populacionais. Em seguida abordaremos o estudo
crítico de pesquisadores interessados em entender esta mobi-
lidade, no processo migratório regional.

O segundo momento destina-se a compreender, através do depoimento dos migrantes, como encaram o passado
rural, a desarticulação com o campo e o presente urbano.

Quando entrevistados sobre sua origem, preten-
díamos conhecer a vivência rural através da prática do roça-
do, na tentativa de recuperar aspectos relacionados à terra,
cultivo, vizinhança, estratégias de reprodução e formas par-
ticulares de luta.

Na questão relacionada a saída do campo, bus-
cávamos informações de como se deu a desarticulação com o
meio rural na tentativa de perceber o processo de ruptura
campo/cidade.

Com relação ao presente urbano operário mos-
traremos a trajetória profissional do migrante a caminho da
fábrica. Destituídos dos meios de produção sofrem o processo

de exploração capitalista na fábrica com seus baixos salá
rios, intensificação da jornada de trabalho, engrossando a
fileira de população residente nos cortiços e favelas.

Na terceira parte da pesquisa "Voltar p'ra ter
ra ou sofrer na fábrica?" pretendemos fazer algumas conside
rações sobre esse operário de origem rural que tendo perdido
o vínculo com a terra é forçado a vender sua força de traba
lho para sobreviver na cidade.

Sem terra para plantar e sem as condições bá
sicas de sobrevivência no trabalho fabril, o migrante se vê
diante de um impasse: Voltar p'ra terra ou sofrer na fábri
ca?

Em que condições voltar para o lugar de ori
gem, ou quais as perspectivas de continuar na fábrica?

Depois de constatar a considerada absorção de
migrantes pela CATA, partimos para a pesquisa de campo. Como
nosso interesse era o operário com suas experiências de vida
e de trabalho no meio rural e urbano, seu discurso se consti
tuiria na principal fonte de informação. Ainda que cheio de
representações e valores próprios de todo discurso ideológi

co, seus depoimentos seriam de grande importância na análise de suas histórias de vida.

Por morarem em sua grande maioria nos arredores da fábrica, não tivemos a menor dificuldade em encontrá-los. Num total de 40 entrevistas, o trabalho de campo foi realizado em três momentos distintos.

O primeiro contato feito com eles, em suas casas, se deu em julho de 1988 quando da elaboração do projeto de pesquisa. A título de pesquisa exploratória, esse contato teve como objetivo principal conhecer o local em que moram e manter algumas conversas iniciais.

A identificação como estudante da Universidade interessada em manter contato com trabalhadores têxteis, não criou embaraços. Comentaram que estavam acostumados com a presença de pessoas no bairro desenvolvendo trabalho sobre a vida operária.

O caráter desse contato inicial era mais de reconhecimento do local de suas residências e de observação da receptividade entre nós, do que de tentar obter logo, alguns dados mais consistentes da pesquisa. Aspectos bem gerais

foram abordados. Essa apresentação inicial foi importante para mantermos um elo de ligação nas próximas entrevistas.

O segundo momento, consistiu na etapa mais intensiva da pesquisa de campo, desenvolvida no segundo semestre de 1988.

Nesta fase, 20 entrevistas foram processadas. Na medida do possível procuramos estabelecer um roteiro caracterizando aspectos distintos: passado rural, saída do campo e presente urbano. Isto implicava em conversas longas. Muitas vezes retornamos com os mesmos entrevistados para completar suas histórias. O intervalo dos turnos de seus trabalhos era curto para nossas pretensões da pesquisa. Assim, aos fins de semana foram procurados para que mais à vontade pudessem relatar um passado, muitas vezes bem distante em suas memórias e avaliar a realidade em que vivem.

O terceiro momento da pesquisa ocorreu em agosto de 1990 no momento de deflagração da primeira greve ocorrida na CATA.

Foram realizadas 20 entrevistas todas feitas em frente à fábrica. As informações que buscávamos foram dadas sem nenhuma restrição. Diante da situação especial na

qual se encontravam - primeira greve na CATA - estavam inteiramente solícitos a dar depoimentos.

Procuramos obter informações sobre esse momento histórico que abria espaço para a organização da categoria, e saber como avaliam o fato de almejarem ser operários e hoje estarem grevando pelas péssimas condições de sobrevivência.

Os "nossos passa-fome" como são chamados pelos "senhores da fábrica" estavam agora desafiando-os.

1. DA CIDADE DE SANTA MARIA DE BELÉM AO CAMPO: a expansão co- lonizadora

1.1 - O PROCESSO DEMOGRÁFICO

A floresta amazônica, de difícil penetração, e os rios da região, facilitando a navegação, formavam o pa-
norama geográfico da região no momento em que se deu o pro-
cesso de povoamento da Amazônia.

1.1.1 - A Colonização do Rio Tocantins

A colonização da região, pelo Rio Tocantins, é registrada por VELHO (1972, p. 16) quando comenta que "as
próprias características do avanço dos colonizadores no Nor-
te brasileiro retardam a exploração e povoamento do Tocan-
tins no seu curso médio, já que por muito tempo não se colo-
cou como fator relevante a ligação sistemática com o Sul, pa-
ra o qual o Tocantins mostrar-se-ia fundamental. Mesmo por-
que os portugueses demoraram a interessar-se pelo Norte bra-
sileiro como um todo".

Os resultados negativos das primeiras expedições colonizadoras na tentativa de ligar a Amazônia com outras regiões, através do Rio Tocantins, desencorajavam os exploradores pelas dificuldades de navegação pelas quais essas primeiras expedições passaram. Enquanto os portugueses estavam desestimulados a colonizar o norte brasileiro, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses começavam a penetrar na região.

Os franceses fundam uma colônia no Maranhão em 1594. É a partir desse momento que esses colonizadores passam a conhecer melhor a região e a explorá-la.

No final da primeira década do século XVII, os franceses dão início a exploração do Rio Tocantins. Sua exploração se dá até a Cachoeira de Itaboca. Esta cachoeira se constituirá, posteriormente, num grande obstáculo ao rio, servindo de separação entre o Baixo e o Médio Tocantins.

PATERNOSTRO (1945, p. 56) em viagem que realizou do Baixo ao Alto Tocantins em 1935, assinala que "o primeiro obstáculo sério é o trecho encachoeirado de Itaboca, onde as águas se precipitam com velocidade de 20m por segundo, numa extensão de 25km".

Em 1613, os franceses chegam até ao lugar onde o Rio Tocantins se encontra com o Rio Araguaia. Nesta confluência a expedição toma rumo diferente. Alguns colonizadores continuam explorando o Tocantins; outros sobem o Araguaia.

Paralelamente a essa situação, ingleses e holandeses iam penetrando na Amazônia. Entretanto, parecem não se interessar em incursões pelo Rio Tocantins. Já os franceses reconheciam a importância desse rio, pela preocupação em estabelecer ligação entre a colônia fundada no Maranhão e o interior do Pará. (VELHO, *ibid.*, p. 16-17)

Os portugueses iniciam sua "marcha para o Amazonas", encerrando a proeza da conquista do litoral norte. Entretanto, ingleses e holandeses com interesse na região, a disputam. Dispostos a ficar, reagem. Os portugueses saem vitoriosos. Em 1615 os franceses são afastados do Maranhão. Belém é fundada.

HURLEY(1938, p. 59), observa sua fundação comentando que "foi assim lançada no Forte Presépio, a primeira pedra da Cidade de Belém, hoje a grande Metrópole no Norte do Brasil plantada à margem direita do majestoso Rio Tocantins, chamado nessa região, Rio Pará".

Portanto, o início da colonização no Pará se dá por Belém. Fundada pelos portugueses em 1616, se localiza próximo a Baía de Guajará na confluência dos rios Amazonas, Tocantins, Guamã, Acará, Mojú entre outros. Belém, por estar situada à entrada da Bacia Amazônica, se constitui, no início da colonização, em segura vigilância e importante entreposto comercial.

"As primeiras atividades, muito mais que de colonização, volveram-se para conquista e defesa do novo núcleo em formação e a isso se dedicaram as primeiras famílias açorianas introduzidas". (EGLER, 1961. p. 75)

É a partir de Belém que o povoamento se estendeu, dando origem aos municípios paraenses.

FURTADO, citado por VELHO (1972, p. 17) observa:

"A colonização portuguesa na Amazônia se restringirá à área em torno do delta do Amazonas, onde se pratica alguma agricultura, especialmente de cana-de-açúcar na segunda metade do século XVII, que a atinge logo na fase inicial de acumulação".

Cravo, canela, castanha e principalmente ca
cau, são também cultivados junto à foz do Tocantins, nas pro
ximidades onde foi fundada a Cidade de Cametã em 1635.

Nos comentários que PATERNOSTRO fez de sua
viagem sobre o Rio Tocantins, observa que "no início do sé
culo XVII, os Tupinambás que residiam na circunvizinhança do
local onde hoje se acha a Cidade de Cametã, fizeram parte da
guarnição dos barcos com que o navegador Pedro Teixeira su
biu o Amazonas até as fronteiras do Peru". (PATERNOSTRO, op.
cit., p. 75)

Ainda sobre o assunto, PATERNOSTRO faz refe
rência aos jesuítas que transformaram sete aldeias desses ín
dios Tupinambás e fundaram, na Cidade de Cametã, a primeira
missão às margens do Rio Tocantins. Comenta que esses jesuí
tas traziam muitos índios pelo Rio Tocantins para as missões.
Entretanto, a não adaptação a trabalhos extrativos ou agríco
las junto com a incompatibilidade do Governo Português com a
Companhia de Jesus, fez com que frustrasse o plano dos jesuí
tas.

Em 1653, uma expedição comandada pelo padre
Antônio Vieira vai até o Rio Itacaiúnas chegando à localida x
de onde hoje se localiza a Cidade de Marabá.

Segundo PATERNOSTRO, em 1694 foi fundada a Vila de Baião, às margens do Tocantins, pelo português Antônio Baião.

Comenta ainda que na época de sua viagem em 1935 pelo Tocantins, a Vila de Baião existia há 241 anos e o povoado contava com 125 habitações. Acrescenta que: "É esse o ritmo do crescimento urbano da maioria daquelas aglomerações". (PATERNOSTRO, Ibid., p. 79)

Na primeira metade do século XVIII, no Pará, em torno de Belém, se verifica um pequeno crescimento da população com um certo desenvolvimento das atividades agrícolas.

No início do mesmo século, no Marajó, começa a se desenvolver a pecuária, com a criação das primeiras cabeças de gado de consideráveis consequências posteriores.

Ao se fundar em 1781, no Tocantins, o posto militar e fiscal de Alcobaça, já próximo a Itaboca a 270km de Belém, atinge-se o limite da colonização mais efetiva do Rio Tocantins, tendo como marcos anteriores a fundação da Cidade de Cametá (1635) e a de Baião (1694).

O Sul do Maranhão começa a ser explorado na metade do século XVIII numa região chamada de Sertão dos Pastos Bons. (VELHO, Ibid., 21,24)

CAPISTRANO DE ABREU (1988, p. 166), ao falar do assunto, comenta que o Maranhão possuía 203 fazendas de gado, das quais quarenta e quatro estavam em Pastos Bons.

É a partir desta ocupação que se alcança o Tocantins, pelo Maranhão.

E assim o Tocantins ia sendo explorado. Esse interesse pelo rio é favorecido pela pecuária e também por servir de meio de comunicação.

As expedições saindo de Pastos Bons rumam em várias direções. Paralelamente a isso, o gado vai se espalhando.

Conforme VELHO (Ibid., p. 25), em 1810 surge Carolina na margem esquerda do Tocantins e, em 1825, Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis.

VELHO (1972) ao citar MOREIRA NETO, comenta .

que os pecuaristas ao cruzarem o Norte de Goiás, atravessam o Araguaia chegando até Conceição do Araguaia.

Em 1895 é fundado o Burgo Agrícola de Itacaiúnas à margem esquerda do Tocantins, num trecho do rio que era ainda praticamente desabitado. Entretanto, instalados a alguns quilômetros - rio abaixo - maranhenses e goianos realizam um pequeno comércio de caça, pesca e roça, dando origem ao Núcleo de Itupiranga. (VELHO, Ibid., p. 31)

A borracha na Amazônia alcançava nessa época o apogeu da sua produção devido aos altos preços alcançados no mercado internacional.

Em 1897, inicia no Tocantins a exploração da borracha juntamente com a castanha que começa a despertar interesse.

O Burgo de Itacaiúnas foi transferido para o aglomerado de Marabá. Fundada em 1898, em função da atividade de extrativa, Marabá se constitui num importante povoado. EMMI (1988, p. 30) ao se referir à desagregação do povoado e sua transformação em outro, sintetiza:

"A transferência do Burgo para o povoado de Marabá consagra o fim da colônia agrícola e sua substituição por um centro eminentemente comercial".

1.1.2 - A Colonização do Nordeste Paraense

A navegação marítima, ao longo da costa, por ser difícil e perigosa, se constituía num meio de comunicação ineficiente pelo caráter esporádico em que funcionava.

Belém, com todas as dificuldades se estabelecia. Sua posição geográfica privilegiada favorecia a conquista desse núcleo, fundado em 1616.

Em 1662, Souza do Caeté foi criada. Mais tarde, seria chamada de Bragança.

O Rio Guamã, pela sua fácil penetração, foi uma das áreas preferidas, de início, para a colonização de Belém. Essa penetração deu origem as localidades de São Miguel do Guamã e Ourém. Em Ourém, o Rio Guamã termina seu curso navegável e através do Rio Caeté e de um trecho precário de estrada se alcançava Bragança.

Embora a navegação por via marítima fosse di fícil e perigosa, proporcionou o surgimento de vários núcleos de povoamento no litoral paraense como: Quatipuru, São João de Pirabas, Salinas, Maracanã, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Vigia e Pinheiro (atualmente Icoaraci).

ÉGLER (op. cit., p. 76), ao se reportar ao asunto registra que "um simples olhar sobre o mapa mostra ime diatamente a localização destes centros na desembocadura de cada um dos pequenos rios que deságuam na costa". E mais: "Com economia voltada fundamentalmente para a pesca, consti tuem estes núcleos no seu conjunto a chamada Região do Salgado, denominação que já por si demonstra a sua mais íntima re lação com o mar".

A difícil estrada que chegava à Bragança pelo meio da mata, resultou na fundação de alguns núcleos de po voamento como Castanhal, Igarapé Açú, Timboteua e Capanema.

Com o aumento crescente da população provoca do pela formação desses núcleos populacionais, amplia-se a produção agrícola. Os problemas de comunicação, acesso e es coamento agrícola se agravam.

Assim, o governo da província cogita a construção de uma estrada de ferro que ligasse Belém à Bragança.

A construção iniciou-se em 1883 e em 1908, após 25 anos do início do assentamento dos primeiros trilhos, foi inaugurado o percurso Belém/Bragança.

Baseado em documentos do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Pará, PENTEADO consegue estruturar toda a marcha do povoamento da região através de colonização na estrada Belém/Bragança. O início dessa colonização se processou nos arredores de Belém. Assim, a oeste, surgem as colônias de Benevides (1875), Apeú (1883), Marapanim (1893), Castanhal (1893).

Em 1894 funda-se Benjamim Constant, próximo à Bragança.

A colonização da parte central da região, se deu entre os anos de 1895 e 1900. Foram fundados Jambu-Açu e Santa Rita do Caranã em 1895, Granja América em 1897, Santa Rosa, Ferreira, Anita Garibaldi, José de Alencar e Inhangapi em 1898 e o de Ianetama em 1899.

Entre 1901 e 1914, surgiram: Maracanã, Capanema, São Luis e Anhangá (PENTEADO, 1967. p. 112, 115)

Com a ferrovia se garantia que a produção a grícola regional escoasse para Belém.

O Pará, no final do século XIX, vivia o apogeu do seu desenvolvimento econômico e social proporcionado pelo período áureo da borracha.

O imigrante, estimulado pela propaganda da região feita pelo governo, chega ao Pará. São franceses, açorianos, espanhóis e italianos sem resultados animadores.

Depois, o povoamento se deu mais com os nordestinos que devido a seca forte chegavam como retirantes no Pará.

O ano de 1900 é marcado por um desmoronamento na economia paraense repercutindo diretamente na Zona Bragantina. A queda da borracha (sustentação econômica na região) gerou uma depressão econômica que repercutiu em todos os setores de atividades.

É sustada a imigração. Os custos para mantê-la eram enormes. O Estado não se encontrava em condições de suportar os gastos. O valor da produção agrícola decaía muito.

Referindo-se aos custos econômicos da estrada de ferro, PENTEADO comenta que os déficits foram predominantes durante quase todo o tempo que esteve em funcionamento. A ferrovia, no período que vai de 1886 a 1916 só deu prejuízo. Apresentou superávit durante os anos de 1916 a 1920. Em seguida houve um fraco superávit até 1925. A partir daí só apresentou déficits. (PENTEADO, Ibid., 127)

A estrada de ferro foi extinta em 1966 "e com ela foi também o homem, ali introduzido pelas mesmas razões, sofrendo igualmente as mesmas consequências". (Ibid., 130)

1.2 - O PROCESSO ECONÔMICO

"Na fase colonial, a economia paraense era bem mais um estabelecimento produtor, totalmente orientado para a Corte, do que um sistema unificado, com caracteres

autônomos". (SANTOS 1978, p. 12)

Mesmo assim, aspectos importantes na História do Pará surgiram no período que engloba desde o século XVII até o século XIX: exploração das "drogas do sertão", conhecidas como canela, cravo, frutos, plantas medicinais, junto com a prática da agricultura de produtos como cacau, cana, café, arroz. "E paralelamente a essas atividades, desenvolveu-se uma manufatura artesanal de caráter familiar como curtumes, engenhos, produções de sabões, farinha, entre outras". (MOURÃO 1989, p. 15-16)

Estes empreendimentos constituem as primeiras bases de organização da economia do estado.

"As formas sociais através das quais foram sendo executados esses empreendimentos, envolveram os diversos setores sociais que aqui viviam - o proprietário rural, o clero, o comerciante luso ou já brasileiro, o nativo e o escravo africano - e que estabeleceram relações sociais de produção, correspondentes às históricas relações de produção e político-econômico existentes na sociedade brasileira". (Ibid., p.16)

Com isso o Pará, em meados do século XIX, se lança no processo de desenvolvimento econômico com uma estrutura débil, em consequência da instabilidade econômica interna.

Ao se referir sobre a economia amazônica do século XIX, SANTOS (1980: 23) observa que "quanto à solidez, a verdade é que se tratava de uma economia ainda muito dependente dos acasos do mercado principalmente do cacau".

Continua a avaliação comentando que "há fortes indícios também de que ela não se achava tecnicamente preparada sequer para acompanhar com consequência as aprovações do próprio mercado".

Conclui observando que "de fato tudo parece indicar que sua atividade principal é a extrativa. Afora esta, alguma produção agrícola de exportação (algodão) e de gêneros de subsistência (arroz) não chegava a ter maior expressão".

O Pará passa a desenvolver um maior crescimento econômico, com a ampliação da produção interna, a partir da segunda metade do século XIX. "É nessa época que Belém, sua capital, adquire contornos definidos de um centro dis

tribuidor local, além de ser o principal centro regional de exportações". (MOURÃO, Ibid., p. 16)

1.2.1 - A Fase Extrativista

De 1840 a 1910, a Amazônia viveu o apogeu de sua economia. Isto se deveu a intensa procura pelo mercado mundial, da matéria-prima que a Amazônia produzia. O extrativismo e a exportação do látex - matéria-prima para a fabricação da borracha - impulsionaram a economia da região envolvendo-a num clima de prosperidade sem precedentes.

Com a descoberta do processo de vulcanização em 1839 e, posteriormente, do pneumático junto com os sucessivos avanços tecnológicos ocorridos na Europa e EEUU da América, houve uma procura intensa na região, do produto que seria beneficiado - nas indústrias de borracha desses países.

A busca incessante dessa matéria-prima fez com que a Amazônia trabalhasse quase que totalmente para esse mercado externo. A agricultura de subsistência e outros setores da economia paraense ficaram quase sem nenhuma ex

pressão econômica.

O abandono da agricultura como de qualquer outro setor era compensado pela euforia do extrativismo.

"Os preços altos da borracha no mercado internacional não tardaram a atrair grandes levadas de migrantes, sobretudo, maranhenses, que se instalaram cerca de 1850, nos vales do Purus e Solimões". (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAPAÍ, 1966, p. 139)

Posteriormente, grande número de nordestinos, atingidos pela seca de 1870 e motivados pelo ritmo da procura do látex se deslocam para a região.

A navegação a vapor introduzida no Rio Amazonas em 1853 pelo Barão de Mauá, se constitui numa importante via de acesso, favorecendo o plano econômico regional.

Entregue pelo Governo Federal a incumbência deste empreendimento à Mauá, em regime de monopólio, ele "compreendeu de imediato, com seu gênio e experiência, as possibilidades que se abriram ao comércio amazônico". (SAINTOS, Ibid., 55)

Foi de tamanho sucesso a implantação desse meio de transporte, que a única companhia que operava no se tor - Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas - tripli cou sua receita em apenas 4 anos. E continuava crescendo.

A Companhia operava com 3 navios. "A demanda se intensificou a tal ponto que a Companhia não pode conti nuar a atendê-la sozinha. Surgiram assim, a Companhia Flu vial Paraense e a Companhia Fluvial do Alto Amazonas. Em 1872, a Amazon Steam Navigation também penetrou no negócio dos transportes, desbancou a concorrência, incorporou em 1874 as três empresas e tornou-se a única em linha, se bem que a tripulação de suas embarcações fosse exclusivamente bra sileira". (SANTOS, Ibid., p. 55)

O comércio aumentava, pela procura constante do látex e junto com essa procura a navegação fluvial tomava vulto. Em Óbidos e Santarém surgiram estaleiros para constru ção de barcos. As encomendas de navios a vapor por empresas nacionais e estrangeiras começam a ser feitas. "O extrativis mo, além de ser a atividade econômica predominante, nessa época, contribuiu para o processo de conquista, de desbrava mento e povoamento de parcela do território que hoje consti tui os Estados do Norte do Brasil. Propiciou, também, condi ções para o surgimento de várias atividades terciárias, como

o comércio exportador e o importador, o sistema financeiro, e, em menor escala, o surgimento e manutenção do setor manufatureiro. Foi na atividade extrativa que mais intensamente se aplicaram capitais durante bom tempo em nossa região, fato esse decorrente da noção de que, naquelas condições de produção, havia menor risco e rápido retorno desses capitais às mãos de seus investidores". (MOURÃO, op. cit., p. 16)

Belém torna-se, como entreposto da atividade extrativista, o local de grande concentração de renda. Assim, cresce e se transforma. Foram importados da Europa, padrões culturais e alguns serviços como telégrafo, bonde, uso regular de energia elétrica. Teatro, moda e a música erudita chegam em Belém. Os "senhores da borracha", elite requintada da época, eram os responsáveis por essa importação.

Belém foi embelezada. Praças, jardins, prédios foram construídos com toda a pompa vivida com os lucros garantidos pelo comércio exportador do látex.

Esse processo de crescimento regional desenvolvido pela exuberância da economia chegou a uma fase de declínio por volta de 1912.

A baixa produtividade do extrativismo devido a mínima aplicação de tecnologia, não garantiu a continuidade do desenvolvimento da economia.

A concorrência asiática - rápida e crescente - do látex, contribuiu para a não garantia do processo de crescimento econômico regional.

SANTOS se refere à questão, comentando: "O fenômeno asiático, é que a produção subiu de 3.000kg em 1900 para acima de 28.000 de quilos em 1912.

No ano seguinte, ultrapassou de muito a produção brasileira, com quase 48 milhões. No subsequente, passou à frente, por mais da metade, da produção somada do Brasil, África e América Central, com 71 milhões de quilos. Em mais um ano apenas de atividade alcançou 68% da produção mundial; e, em 1919, já definitivamente marginalizada a Amazônia, esse percentual se elevou em 90%. Tínhamos definido o grande colapso, essencialmente, como a queda dos preços entre 1911 e 1914". (SANTOS, Ibid., 1980, p. 237)

Na Amazônia, o efeito desse grande colapso econômico, conforme SANTOS, "foi o de um massacre ou cataclisma. Fechamento de seringais, falências de "casas aviado

ras", prejuízos múltiplos, inclusive do Banco do Brasil, etc. Para resumir, a renda interna ficou reduzida em 1915, a um terço do que fora em 1910" (SANTOS, Ibid., 1980, p. 257)

Estes principais reflexos da fase de declínio da economia provocado pela perda da liderança da principal atividade econômica, significa a desintegração da atividade extrativa da região.

1.2.2 - Origem da Indústria

"A economia paraense no passado jamais se caracterizou pela presença de um parque industrial importante. Sociedade dedicada ao extrativismo e, em escala menos expressiva, à agropecuária, o Pará não teve condições, até muito recentemente, de conhecer um impulso verdadeiramente durável de industrialização". (SANTOS, op. cit., 1978, p. 131)

Ao fim do século XIX, pouco era o número de estabelecimentos industriais no Pará e pode se dizer que "as indústrias existentes eram em grande parte, pequenas e operavam com instrumentos de trabalho simples, ocupando força de

trabalho predominantemente familiar". (MOURÃO, op.cit., p. 37)

O início do século XX é marcado por um desenvolvimento pequeno mas que já se pode considerar o início da fase industrial. SANTOS, citado por SANTOS (Ibid., 1978. p. 133) observa: "Em 1920, o número de empreendimentos já era de 168; o operariado recenseara acima de 3.000, e o valor corrente da produção dobrara. Tratava-se, porém, de uma evolução muito lenta, longe dos ritmos que haviam marcado o parque, paulista ou carioca".

É importante ressaltar que as indústrias farmacêuticas, foram muito expressivas no início do século, sendo que algumas delas foram fundadas no final do século passado e que até hoje fazem parte do setor farmacêutico de Belém.

"Belém apresentava, desde fins do século passado, um certo número de fábricas que produziam para o mercado regional, transformando suas matérias-primas em mercadorias para consumo. Nos anos 40, as indústrias situadas nessa cidade já possuíam uma tradição de abastecimento regional tendo o operariado marcado alguns espaços de luta por melhores condições de vida, organizando-se em grupos políticos

cuja imprensa "nanica" da época registra sua participação".
(MOURA et al, 1986. p. 7)

Nestas primeiras décadas, a expansão da indústria na região estava ligada ao que se tinha produzido de látex na Amazônia, dando condições de ser aplicado um certo capital à atividade industrial.

Uma situação que deve ser colocada é que a dificuldade do desenvolvimento da indústria paraense, se deu também, pelo difícil acesso à região, para se obter produtos de outras regiões. Os altos custos dos fretes, encareciam muito as mercadorias. Isso incentivava a que se produzissem mais, dentro da região.

No início do século XX trabalhadores fabris começam a se organizar em sindicatos.

Nas décadas de 30 e 40 é quando mais se intensifica a criação de sindicatos nas suas mais diferentes categorias operárias.

De 1946 em diante, praticamente todos os operários paraenses estão ligados em organizações sindicais.

A partir dos anos 50, algumas medidas governamentais são implantadas na região.

Em 1953, o Governo Federal cria um plano de desenvolvimento regional sob a denominação de Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O plano foi "concebido em geral como um sistema de serviços e obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial e a elevar o bem estar social e econômico da população regional". (MAHAR, 1978: 15)

Com o objetivo de colocar em funcionamento esse plano, foi criado no mesmo ano a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

A SPVEA teria a função de estimular o desenvolvimento econômico-social da região. Tinha também a responsabilidade de elaborar e supervisionar os Planos Quinquenais, parciais, que faziam parte do plano como um todo.

O desenvolvimento da indústria regional se baseava no financiamento de projetos que utilizassem matéria-prima regional. Isso dificultava o andamento dos projetos. A forma como era desenvolvida a atividade extrativa na região, dificultava o fornecimento regular da matéria-prima'

nativa. Associado a isso, se exigia uma soma considerável de recursos para a implantação de projetos agroindustriais contribuindo para o fracasso de alguns desses empreendimentos.

Sentia-se necessidade que se processassem mudanças na política de desenvolvimento regional.

Em 1965, através de Decreto Presidencial, foi criado o Grupo de Estudos para a Reformulação Econômica da Amazônia. A este grupo cabia a responsabilidade de descrever os objetivos da nova política de desenvolvimento regional, assim como de elaborar a legislação que pusesse em prática os objetivos dessa nova política. (MAHAR, 1978).

"OPERAÇÃO AMAZÔNIA" foi como se chamou a um conjunto de leis que marca a nova forma de integração econômica da Amazônia às demais regiões do país.

Dentre outros objetivos dessa nova atuação governamental na região, destaca-se a ampliação do setor industrial.

Com a transformação da SPVEA em SUDAM (Supe^rintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, se es

tabeleceu uma nova política voltada para o planejamento regional. O Banco da Amazônia S/A - BASA, encarregado de atender as questões ligadas à borracha, passa a agir como agente financeiro da SUDAM. A partir daí começa a desempenhar atividades de Banco de Desenvolvimento Regional.

Os Incentivos Fiscais acompanhando o rítmo dessas mudanças governamentais na região, favorecem a industrialização.

Com isto o governo estimula a migração e os Incentivos Fiscais atraem e garantem a implantação de novos projetos.

Belém desenvolve seu parque industrial.

Grande número de trabalhadores rurais se desloca para a cidade. Veem a fábrica como um meio de sobrevivência. A cidade se constitui em um lugar de mudança na trajetória ocupacional de quem migra. As fábricas são procuradas pelos trabalhadores na expectativa de que no setor industrial encontrem uma outra situação, que signifique mudança. Mudança nas condições de vida e trabalho.

"O migrante ocupa um espaço importante no trbalho fabril. Historicamente a migração sempre se constitui em recurso que permite às empresas fazer frente às necessidades de mão-de-obra de baixos custos. População disponível desconhecendo as regulamentações do mercado de trabalho e carente de se alocar ocupacionalmente, tem se constituído a frente ao capital, tanto em países desenvolvidos, como nos países menos adiantados onde a produção da força de trabalho recorre à massa de camponeses expropriados dos seus meios de produção.(RAMOS, 1984)

A população que migra iludida por melhores condições de vida, enfrenta o crescimento do desemprego na cidade. Os conflitos sociais se agravam na região.

Belém é atração de população principalmente daquela residente em áreas mais próximas. Por ser importante centro urbano da Amazônia, sente todos os reflexos dos problemas que existem na região.

1.2.3 - A CATA (Companhia Amazônia Têxtil de Aniagaem)

A CATA - Companhia Amazônia Têxtil de Aniagaem, fábrica que emprega os operários estudados nesta pesquisa, foi fundada em 01 de janeiro de 1962, conforme consta na Ata da Constituição publicada no Diário Oficial do Estado nº 19.775 de 26 de janeiro de 1962 e arquivada na Junta Comercial do Estado sob o nº 77/62 em 24.01.62.

Existia em Belém empresas que comercializavam as fibras vegetais da Amazônia - juta e malva - para garantir o atendimento de fábricas têxteis no sul do país.

Dentre essas empresas de comercialização em Belém, destacava-se a "Martins Melo S/A Indústria e Comércio". O titular desta empresa tomou a iniciativa, junto com outros empresários, de instalar uma empresa destinada ao beneficiamento dessas fibras naturais.

O objetivo era implantar uma indústria de tecelagem que trabalhasse com a matéria-prima que já comercializavam, para oferecê-la ao mercado consumidor.

A industrialização dessas fibras vegetais se

destinava à produção de fios, telas e sacos de aniagem.

A programação inicial da empresa visava etpas distintas.

A primeira se constituia na instalação da primeira unidade têxtil. Entrou em funcionamento em 1964. Nesta etapa inicial as principais instalações da fábrica foram construídas.

No final do primeiro semestre de 1964, iniciou as operações de produção da empresa com 80 teares, produzindo aproximadamente 2.162 toneladas/ano de sacos e telas de aniagem.

A outra etapa iniciou em 1966. É instalada a segunda unidade têxtil, operando com mais 80 teares, colocados em funcionamento no 2º semestre desse ano. Nessa segunda fase, a empresa foi beneficiada com os Incentivos Fiscais da SUDAM, implantando as duas fases previstas. As duas unidades têxteis perfaziam cerca de 160 teares entre outras máquinas.

Em 1973, a empresa diversificou sua produção, implantando uma unidade de fiação e tecelagem de sacos e te

las de rãfia de polipropileno e polietileno, também com os Incentivos Fiscais da SUDAM.

A linha de produção da CATA inclui: **fios de juta** para: sacos de juta para café, cacau, açúcar, pimenta do reino, castanha, arroz, fumo, milho e outros produtos a grícolas; **fios de polipropileno** para : confecção de sacos de rãfia de polipropileno e polietileno costurados e colados pa ra trigo, rações, sal, adubos, fertilizantes, produtos petroquímicos, minerais e outros.

A CATA no momento da pesquisa (2º semestre/ 88) contava com 1.800 funcionários trabalhando nos mais diferentes setores. Desse total, 1.100 são os operários da fábrica. Trabalham na produção, sendo que 720 no setor da juta e 380 no sintético.

TABELA 1

CARACTERIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA CATA EM RELAÇÃO A ORIGEM
URBANO/RURAL NO SETOR FIBRA NATURAL

C A R A C T E R I Z A Ç ã O	NÚMERO	%
- Urbano { da grande Belém { de outras cidades	216	30
- Interior do Estado (PA)	440	61
- Interior de outros Estados	64	9
T O T A L	720	100

FONTE: - CATA/Departamento de Pessoal - Fichas Cadastrais. Belém. 1964-1988

TABELA 2

CARACTERIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA CATA EM RELAÇÃO À ORIGEM
URBANO/RURAL NO SETOR FIBRA SINTÉTICA

C A R A C T E R I Z A Ç Ã O		NÚMERO	%
- Urbano	da grande Belém	118	31
	de outras cidades		
- Interior do Estado (PA)		211	55
- Interior de outros Estados		51	14
T O T A L		380	100

FONTE: - CATA/Departamento de Pessoal - Fichas Cadastrais. Belém, 1964-1988.

TABELA 3

CARACTERIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA CATA EM RELAÇÃO À ORIGEM URBANO/RURAL NOS SETORES DE FIBRAS NATURAL E SINTÉTICA.

C A R A C T E R I Z A Ç Ã O		NÚMERO	%
- Urbano	{ da grande Belém	334	30
	{ de outras cidades		
- Interior do Estado (PA)		651	61
- Interior de outros Estados		115	9
		1100	100

FONTE: - CATA/Departamento de Pessoal - Fichas Cadastrais. Belém. 1964-1988.

Ao se computar os operários da juta e do sintético, observamos que 30% dos operários são urbanos da capital do estado (PARÁ) e da capital de outros estados. O percentual restante, 70%, migra dos interiores, sendo que: 61% são trabalhadores que vêm do interior do Estado do Pará e 9% do interior de outros estados. Portanto, a empresa trabalha na produção, com um quadro de mão-de-obra eminentemente rural.

2. DO CAMPO À CIDADE DE BELÉM: O Êxodo Rural

2.1 - A MIGRAÇÃO: Uma Tentativa de Interpretação Teórica

Na busca do entendimento da migração, os clássicos elaboraram teorias enfocando a migração como decisão individual dos trabalhadores. É como se essa mobilidade estivesse distanciada de outros aspectos sociais, políticos, econômicos, resultando em avaliações pessoais, que subentendem independência e autonomia dos indivíduos no processo decisório de migrar.

Insatisfeitos com esta interpretação, pesquisadores buscam analisar o processo migratório de maneira crítica, dentro de uma construção teórica própria para Amazônia.

ARAGON, quando se reporta ao estudo clássico da migração, comenta que LEE ao interpretar as idéias de RAVENSTEIN situa a migração como sendo momentos em que os indivíduos decidem de maneira racional o seu deslocamento, sem a preocupação de examinar as particularidades regionais e

das famílias que estão inseridas no processo. (ARAGON, 1979, p.2)

Observa também que os clássicos ao elaborarem seus estudos, esquecem de situar tanto aqueles grupos populacionais que deixaram seus lugares de origem e não chegaram ao local a que se propuseram, quanto aqueles que chegaram em um lugar e fizeram outra migração.

É nessa linha crítica de raciocínio que ACEVEDO; HÉBETTE(1982, p.12) observam a análise dos clássicos comentando que "os modelos esquematizam - quase mecanicamente - a distinção de lugar de origem e lugar de destino como associados a fatores de expulsão e de atração".

Com relação ao deslocamento dos trabalhadores, os mesmos autores (1982) comentam que "nas correntes migratórias integradas pelos diversos grupos de migrantes, a noção de pontos de origem e de destino se torna muito fluida: os municípios de nascimento que identificam os lugares de origem individuais são muito diversos e nem sempre são os pontos de partida da verdadeira migração".

Assim, sair e chegar, chegar e sair, são situações vividas pelos trabalhadores em condições as mais ad

versas possíveis. Essa constante mobilidade se constitui num movimento contínuo em que origem e destino se interligam "entre estruturas sócio-espaciais cujas intra e inter-relações determinam a dinâmica do processo entre diferentes lugares de um campo migratório dado". (ARAGON, 1977. p. 4-5)

O deslocamento feito pelos trabalhadores constitui num movimento intenso de paradas contínuas formando o campo migratório da população. Essas paradas consecutivas que ACEVEDO; HÉBETTE (1982) chamam de "pontos intermediários" se tornam sucessivamente lugares de destino e de origem para outra migração.

Reforçando a questão, ACEVEDO; HÉBETTE (op. cit., p. 13) observam que "as vezes uma área é ao mesmo tempo ponto de atração para determinados grupos e de expulsão para outros", se configurando uma interdependência dos locais de fixação e/ou saída dos migrantes.

Portanto, a migração analisada como um processo social, em que o movimento populacional se dá em contextos históricos e motivações distintas, é determinada pelas condições de sobrevivência do grupo familiar nos locais de origem e destino.

Assim, "a criação de diferentes oportunidades antecede a decisão do indivíduo. Uma vez criados os desequilíbrios, o indivíduo ai sim, decide migrar. Ora, uma vez que interessa a mobilidade do homem, urge que se entenda as áreas de atração como parte integrante de um todo maior e as qualificações que elas apresentam como resultantes de medid^{as} de política tomadas no centro de decisão, para que se crie possibilidade de prever tendências e suas implicações na continuidade ou não do homem, no lugar de destino". (SENA FILHO, 1983. p. 35-36)

Fatores estruturais e conjunturais influem decisivamente na migração dos grupos populacionais.

Na região, as migrações ocorrem motivadas por fatores externos. Assim, "o acordo político ditará as regras do jogo, em função dos objetivos e interesses de grupos mais fortes". (Ibid., p. 40)

Na Amazônia, com seus recursos naturais incalculáveis, a ocupação é feita através de interesses e decisões tomadas fora da própria região, resultando na dependência dos centros externos de decisões.

Desta forma, os movimentos populacionais, tendo motivações baseadas em fatores externos, determinam os conflitos e problemas vividos na região.

Com a abertura da Belém/Brasília, na década de 60 e com a política de Incentivos Fiscais para projetos agropecuários a partir de 1966 (Lei 5.174 de 27.10.66) se acentuam as tensões sociais na busca de terras na Amazônia.

A Cuiabá/Santarém e a Transamazônica, junto com as estradas estaduais servindo de ligação aos núcleos urbanos e eixos rodoviários, agravam mais ainda a situação da região ao estimular a circulação da população e das mercadorias.

Assiste-se a uma resposta imediata a esses estímulos ao se observar que "as empresas imobiliárias, escritórios de projetos e de captação de recursos, colonizadoras, se mobilizaram para agilizar o aproveitamento dessas oportunidades". (HÉBETTE, 1989).

A medida em que os grandes empreendimentos intensivos de capital, são implantados na região, as áreas de tensão social se ampliam, restringindo as oportunidades de emprego.

A abertura da Amazônia ao capital internacional e nacional favorece a corrida pelo espaço amazônico, na busca das várias alternativas que a região oferece.

Dessa maneira, "cada um vinha agora, sem constrangimentos, procurar ali o que lhe aprouvesse: terra, madeira, minérios, recursos hidrelétricos". (HÉBETTE, Ibid.)

A pesquisa e exploração se tornam alvo das atenções na região.

Neste jogo de interesses, a população, expulsa de todos os lugares do país, se movimenta.

"A partir de fluxos migratórios interregionais dirigidos para a Amazônia, aumentam as migrações intraamazônicas e até mesmo migrações de retorno, ainda pouco estudadas. A própria Região Amazônica passou a ser produto de mobilidade social perversa contradizendo as perspectivas e as esperanças". (MOUGEOT, 1986. p. 18)

O vai e vem frequente de pessoas inter e intra regiões do país, não nos causa espanto. Esse alvoroço de gente já se tornou um quadro habitual. Aos menos avisados,

pode até parecer simples idas e vindas, chegadas e saídas acompanhadas do espírito de ousadia.

O estudo crítico desses deslocamentos populacionais que vem sendo desenvolvido por pesquisadores interessados em tentar entender essa mobilidade - dentro de um momento histórico vivido - considera o processo social, na dinâmica desse deslocamento.

Em 1979 foi criado o Programa de Pesquisa em Migrações na Amazônia - projeto desenvolvido no NAEA visando estudar a migração na Amazônia Legal Brasileira.

Na avaliação do Programa, em 1983, as preocupações observadas diante das conclusões chegadas, se referem principalmente à urgência da superação do aspecto individual no estudo da migração elaborado pelos clássicos.

Com isto, associar migração ao contexto social dos migrantes, se tornava fundamental no estudo do processo migratório, do qual os trabalhadores participam.

Outra conclusão chegada com o encontro, foi que "em nível local caracterizou-se a função crescente dos

maiores centros urbanos, no esvaziamento demográfico do interior da região". (ARAGON; MOUGEOT, 1986. p. 6)

Dessa forma, à medida que a corrente migratória tende a se concentrar nos centros urbanos, expande-se o esvaziamento das áreas rurais da região, a partir de 60.

Uma outra questão levantada na discussão é que "os migrantes uma vez chegados às grandes capitais amazônicas, dificilmente e muito provavelmente não voltarão para seus locais de procedência". (Ibid., p. 6)

Na avaliação do programa, os pesquisadores observam que ao se constatar uma nova migração ela se manifesta rumo ao centro-sul do país.

Ainda sobre a questão, avaliam que "o crescimento demográfico das grandes cidades amazônicas não está sendo acompanhado pela expansão da infra-estrutura urbana, serviços e níveis de emprego nessas cidades, o que está gerando conflitos sociais semelhantes àqueles já testemunhados nas demais metrópoles brasileiras. Por outro lado, o despoamento rural e a concentração da estrutura fundiária agravaram-se ao longo dos anos 70". (Ibid., p. 6)

Uma outra conclusão dos pesquisadores observada durante a discussão do encontro, é que quando a Amazônia busca sua incorporação econômica ao país como um todo, "a promoção sócio-econômica dos migrantes se torna cada vez mais difícil nas cidades de fronteira, o que os incentiva a se deslocar repetidamente de um local para outro, sem conseguir melhorar, entretanto, suas condições de vida". (ARAGON, MOUGEOT, Ibid.)

Neste sentido, o deslocamento da população resulta em consequências desagradáveis como o rompimento com a terra, acompanhado da perda da autonomia, com os trabalhadores alterando seu modo de vida, hábitos e referências tradicionais.

É preciso que se entenda cada vez mais a migração fora das avaliações individuais de comportamento. Como se viu, existem fatores conjunturais e estruturais que influenciam diretamente no deslocamento de grupos populacionais.

A mudança de um local para outro é percebida como um movimento contínuo entre origem e destino. Origem e destino, portanto, são referências de locais não considerados definitivos, por serem ora lugar de entrada, ora lugar

de saída dos trabalhadores.

A Amazônia no processo migratório regional concentra migrantes de outras regiões como também os dela própria.

2.2 - A MIGRAÇÃO: A Visão do Migrante

A partir da visão do migrante procuraremos a nalisar suas histórias de vida considerando vivências rurais, saída do campo a caminho da fábrica.

2.2.1 - O Passado Rural

Nossos entrevistados vieram principalmente do nordeste paraense. A origem rural recaiu, predominantemente, sobre as microrregiões do Salgado, Bragantina e Cametá, per fazendo um total de 77,5% dos informantes.

ESTADO DO PARÁ

DIVISAO POLITICA

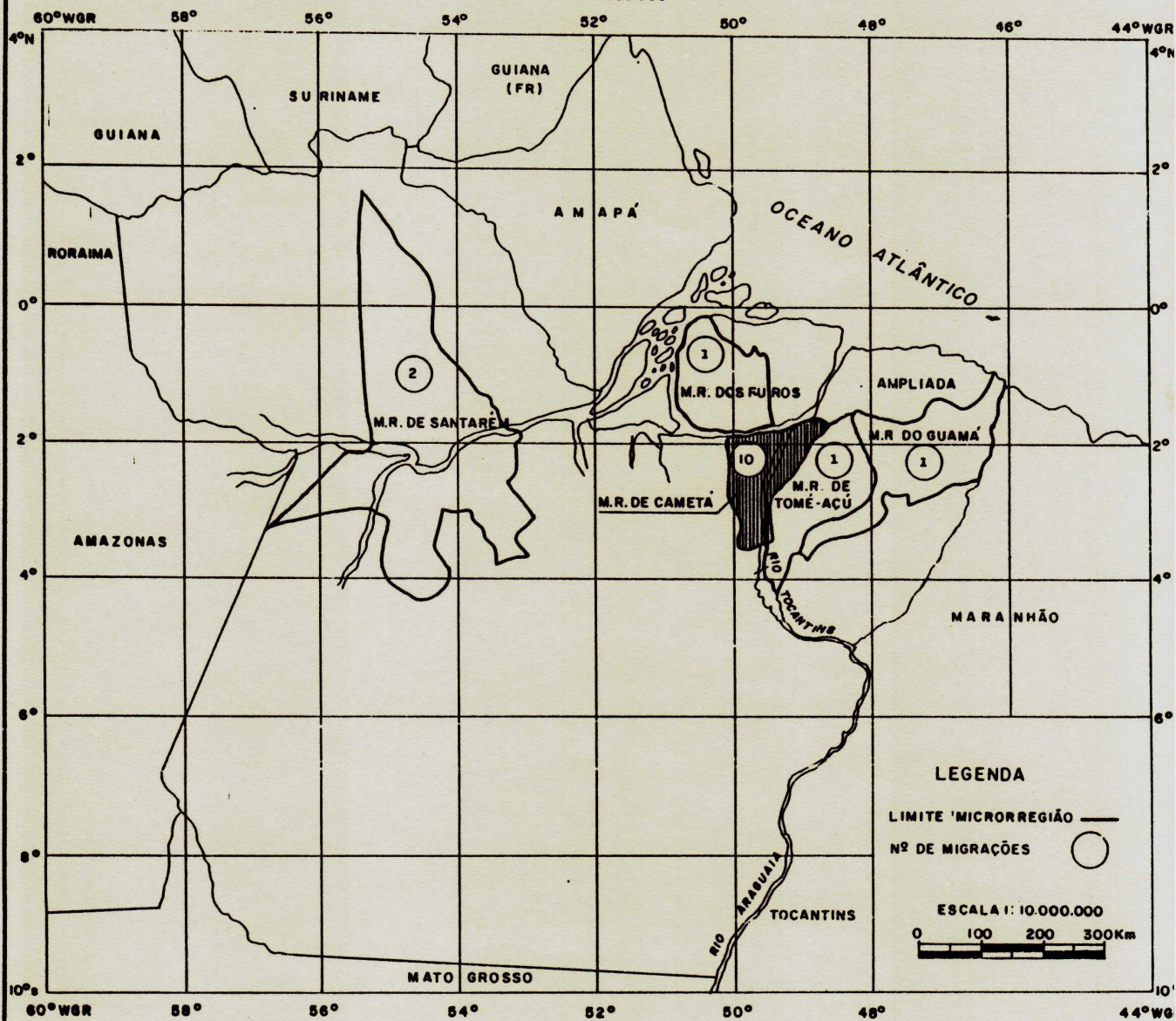
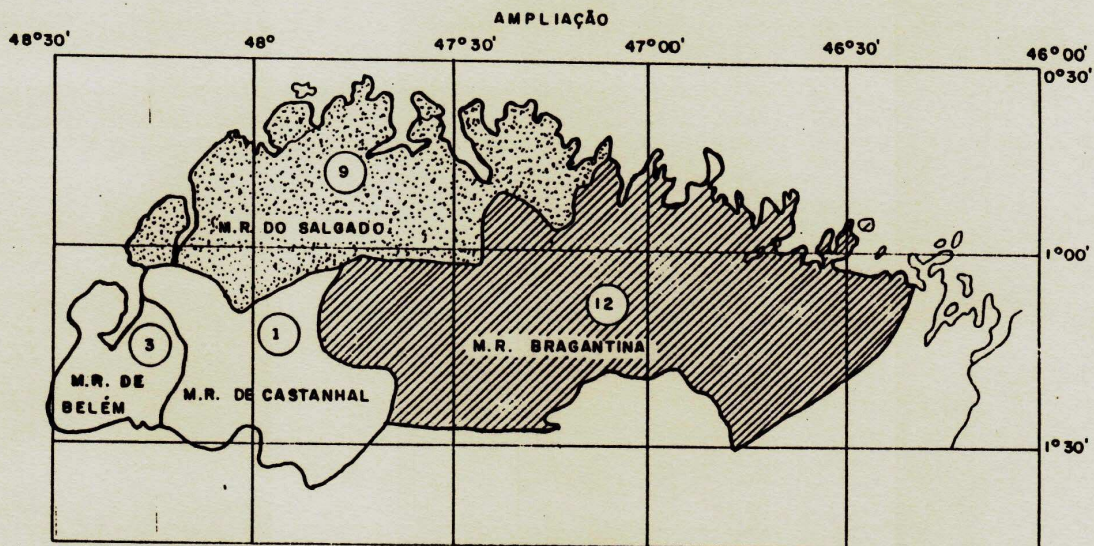


TABELA 4

ORIGEM DOS ESTRVISTADOS POR MICRORREGIÕES
GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARÁ

54.

ORIGEM	ABSOL. Nº	%
- MRH do Salgado	9	22,5
- MRH Bragantina	12	30,0
- MRH de Cametá	10	25,0
- MRH de Castanhal	1	2,5
- MRH de Santarém	2	5,0
- MRH de Guamá	1	2,5
- MRH de Furos de Breves	1	2,5
- MRH de Tomé-Açu	1	2,5
- MRH de Belém	3	7,5
T O T A L	40	100,0

FONTE:- Pesquisa de campo. Belém. 2º semestre 1988; agosto 1990.

A terra para esses trabalhadores significava a base de sustentação da sua vida social e da reprodução da família. Ao ser passada de pai para filho se configurava a apropriação do pequeno lote por membro da mesma família.

Portanto, a propriedade e o uso da terra estavam relacionados à posse e à herança.

Quando se referiam à posse da terra, relatam que se tratava de uma pessoa que há muito tempo possuía o título da terra. Ao fazerem referência a esta questão, notamos que realmente essa posse era muito antiga por não lembrarem com clareza, quem teria sido o primeiro dono. Este dono ao qual se referiam seria uma pessoa da família que sempre tinha sido ligada à terra. A terra tinha sido doada pelo Governo do Estado para pessoas que faziam o seu pedido de lote para o cultivo.

"... Sabe, a terra era do meu pai. A posse da terra era de um antigo dono que tinha o título. Meu pai disse, que o pai dele também era agricultor. Quando meu avô chegou no interior ele soube que o governo lá desse lado tava dando terra pra quem quisesse ter sua plantação". (09)

Ainda foi relatado que a pessoa que possuía o título da terra, ao se sentir cansado para exercer as atividades do roçado, chamava o filho mais velho, também ligado à agricultura e lhe entregava o título da terra.

"(...) meu avô que trabalhava na terra, quando tava bem velho, perto de morrer chamou o meu pai e entregou a legalização das terras pra ele. A terra foi dada pelo governo e então meu avô cuidou e depois passou pro velho". (09)

Existiam situações nessas terras de herança em que a terra era dividida entre os filhos. O pai chamava o filho e discutia a situação de cada um, na repartição da terra. Como a terra era pequena, esse acerto feito entre pai e filhos, não era mantido com muita rigidez:

"(...) aí o pai discutiu a situação de cada filho na repartição da terra. Cada filho era pra ficar com um pedaço. Agora vou lhe dizer: a terra era muito pouca. Sabe quando

não dá pra repartir de tão pouca que é a ter
ra? E às vezes esse acerto não funcionava não,
e a gente acabava ficando tudo na mesma ter
ra". (08)

Isso significava que o filho, novo dono, pas
sava a exercer legalmente o direito de propriedade. Essa sim
ples mudança garantia que as atividades desenvolvidas antes
pelo "antigo dono" seriam agora continuadas normalmente pelo
filho.

Portanto, a posse da terra se dava através do
chefe de família que, com a entrega do título, ficava respon
sável pela reprodução familiar.

Percebe-se que os filhos solteiros trabalha
vam com o pai no mesmo lote por não terem terra suficiente
para exercer roçados individuais.

"(...) os filhos que num era casado ficava
com o pai na mesma terra". (08)

Existiam algumas particularidades no caso de haver casamento:

"Se a mulher era do mesmo lugar, aí eles faziam o roçado junto do pai dele". (08)

Então, se a mulher pertencia à mesma comunidade do marido, que era filho do dono da terra, o casal fazia o roçado às proximidades do pai. Quando ela morava em outra comunidade, o pai (dela) liberava uma parte da sua terra "pra que juntos comessem uma vida nova".

O processo de sucessão continua. "O pai, cansado do serviço da roça", chama o filho mais velho e lhe concede as atribuições que eram suas. Estas responsabilidades incluíam uma série de questões que envolviam, de um modo geral, todas as atividades referentes ao roçado e à esfera doméstica.

Comentam nos depoimentos que a questão da grilagem não foi vivida por eles em suas terras.

"Lá no roçado, não houve problemas com terras. Nunca teve polícia por lá". (06)

"Olhe, nós não tivemos problema com a terra que nós trabalhava". (08)

"A grilagem eu sei que é um negócio duro, mas eu só sei, nunca vivi mesmo isso". (19)

Embora tenha se constatado que não tiveram problemas com a polícia, relatam o que viram ou souberam sobre essa questão.

"Eu já vi problema de polícia com agricultor. Foi noutra comunidade. A polícia chegou no roçado e meteu o trator porque disseram que tavam com ordem pra derrubar". (07)

"Eu nunca vi, mas me contaram de problema que o agricultor teve com grilagem. Teve um amigo que a polícia foi lá e botou ele e a família pra correr. Disseram que a terra não era deles". (06)

"Eu sei contá de grilagem porque me contaram, mas eu mesmo não vi de perto". (18)

Ainda sobre grilagem justificam que essa si tuação só é enfrentada por aqueles que têm maiores terras. Consideram suas terras pequenas por isso não tiveram o con fronto entre a polícia e eles.

"Era tão pouca a terra que não interessava pra eles". (06)

"Acho que esse problema só tem quando a terra é grande (...) agora a nossa é uma terra muito pequena, de herança e num dá nem pra comer. Eles num se metem com pouca coisa". (08)

"Nossa terra era tão pouca... Não interessava pra polícia... Eles só querem terra dos grande". (14)

É importante ressaltar que a agricultura baseada no trabalho do roçado era desenvolvida por membros do

grupo doméstico. Este trabalho possuía um caráter familiar.

A produção agrícola desenvolvida "nos moldes da tradicional agricultura cabocla" (MITSCHIN et al, 1989. p. 62), era: mandioca, arroz, feijão e milho para atender as necessidades básicas alimentares da família.

"Nós somos cinco comigo. Quatro homens e eu de mulher. Nós morava na cidade e o roçado ficava meio longe. Nós caminhava bem cedinho. O dia amanhecendo. A gente plantava mandioca, feijão, milho, arroz". (01)

"Nós plantava tudinho: milho, arroz, feijão e mandioca. Era eu, o velho e meus dois irmãos". (03)

"Desde cedo trabalhei na lavoura junto com o velho. Ele tinha uma rocinha. Era um pedaço de terra onde nós plantava. Não era grande não, mas nós dava duro. Me lembro que nós plantava feijão, milho, arroz. Isso nós plantava". (05)

"O roçado é assim. Trabalhar pra colher. Aí a plantação era pro sustento. Tinha o arroz, mandioca. Era pouco mas dava pra nós". (15)

"Na roça nós plantava pro nosso comê". (09)

Observamos que iniciam suas vidas produtivas no roçado comentando que "as crianças acompanhavam o pai desde cedo", assegurando a continuidade do trabalho rural com a apropriação do trabalho dos filhos. Embora destaquem que, o trabalho principal era o da roça, citam outras atividades que desempenhavam fora do trabalho agrícola.

"(...) quando dava nê, nós fazia assim outras coisas. Vendia cocada, doce, consertava as coisas. Mas sabe: o que eu gostava mesmo era do trabalho com a terra". (10)

Percebemos que esses trabalhos eram feitos só quando a roça não estava exigindo tantos cuidados. Normalmente isto acontecia em situações fora da colheita e do plantio.

"Nós vendia doce e meu pai fazia biscate. Capinava, consertava o que sabia consertar e ia ganhando uns trocados. Agora o roçado era certo. Se não dava pra fazer essas coisas era só mesmo no roçado". (03)

Desenvolviam também atividades extrativas. Em bora sendo consideradas como alternativas, representavam possibilidades concretas de sobrevivência.

"(...) pelo menos o peixe ainda ajudava a gente. Quando dava pra pegar uns peixes a gente acabava indo pescar e safava a bóia". (17)

"(...) do caroço do cacau a gente fazia o chololate. Sempre a gente tinha o caroço seco pra pegar uma ponta". (15)

"(...) tinha vezes que eu ia pra mata. A caçada é um negócio diferente, mas que acabava dando em comida. Tá certo que a mata já tava escasseando. Agora deve estar mais ainda".

(12)

As atividades do roçado que iam desde a limpeza do terreno até a colheita estavam todas sob a responsabilidade do chefe da família que "é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico. E como os bens necessários ao consumo são fornecidos pelo roçado, é ele o responsável pelas atividades que se realizam no mesmo". (HEREDIA, 1979. p. 78)

A preparação do terreno consistia em roçar o mato, depois do mato cortado era amontoado e queimado. Em seguida se fazia nova limpeza do mato que havia ficado. Com isto a terra estava pronta para ser plantada.

A produção agrícola desenvolvida se caracterizava pela ausência de uma tecnologia mais avançada.

Ao chefe da família era incumbida a responsabilidade da aquisição e manutenção das ferramentas. Cada grupo familiar, geralmente, possuía suas próprias ferramentas.

"(...) o sol chegando e a gente andando, andando com as ferramentas nas costas. Era pá, enxada, terçado, facão, machado. Era tudo nosso". (09)

As crianças começavam a ter os primeiros contatos com as ferramentas em casa, o que mais tarde facilitava no trabalho da roça.

"Tem também um negócio que é se acostumar logo com as ferramentas que nós usava na roça. A gente até brincava com elas. Brincava assim: pegava um terçado, cortava um coco, partia lenha com machado pra fazer fogo. No quintal usava enxada. Quer dizer que essas coisas ficava logo conhecidas pra nós. Quando a gente precisava mesmo já tava sabendo usar".
(09)

Comentam do receio que as crianças da cidade têm em manusear as ferramentas, pela falta de hábito em lidar com elas.

"A gente vê que as crianças da cidade tem até medo de pegar em facão e mesmo a mãe mete medo. Nós não. Também né? a gente abriu os olhos vendo tudo isso lá. Quem tem roçado tem que ter com que trabalhar na terra". (09)

Como o trabalho do roçado era reconhecido como de controle e domínio da esfera masculina representado pela figura do pai, a venda dos produtos era também de sua responsabilidade.

Existia uma grande preocupação em atender as necessidades básicas da casa, com os produtos de seu roçado e "se sobrasse, só se sobrasse, nós levava pra feira".

O pai, decidia como e em que condições ia se dar a transação comercial.

A feira acontecia, normalmente, no centro da cidade. A venda dos produtos colocados na feira só ocorria caso houvesse sobra dos mesmos. A prioridade, sempre era suprir as necessidades da família. Além de ser um lugar onde se processava a compra e venda de produtos, a feira era local de encontro dos diferentes grupos sociais que ali se reuniam. Ares de festa.

Na feira, local exterior à unidade doméstica, se percebe como se processavam as relações existentes dentro da família.

A autoridade do pai era mantida. A norma estipulada com relação a feira é a de que ela é uma atividade reconhecida como masculina.

Em casos excepcionais a mulher participava desse tipo de trabalho:

"(...) quem ia mesmo era o meu pai e os meus irmão. Eu gostava era muito de ir pra feira, mas tinha que arrumar as coisa em casa. Sabe como é né? Mulher cozinna, lava, e ainda vai pra roça. Só quando os irmão adoecia ou o pai, era que eu ia". (08)

A mandioca, cultura tradicional da região é predominante e imprescindível nos roçados.

A farinha fazia parte integrante do consumo das pessoas, ao mesmo tempo que era considerada um meio importante para obterem, com sua venda, os produtos que faltavam no ambiente familiar.

"A farinha sempre teve porque nos come direto e vende sempre ela na feira, pra ter com que comprar o que falta". (10)

Era vista como "sagrada" por não faltar na mesa das famílias.

"Ave Maria. Sem ela ninguém se acostuma".(08)

O dia da "farinhada" é um acontecimento contado com muito entusiasmo pelos entrevistados. Como nem todos eram possuidores de uma casa-de-farinha, os que tinham cediam para os demais. Era um importante ponto de encontro.

De estabelecimento privado passava a ser um local público onde discutiam e trocavam idéias gerais.

A farinhada além de ser um processo de trabalho importante por resultar na farinha - considerada como "sagrada" - era um dia diferente, porque "ficava um monte de gente trabalhando sem nem sentir".

O parentesco é uma situação muito comum entre os membros da comunidade. As famílias quase sempre estão ligadas a outras, através desse tipo de relação. O parentesco pode ser próximo ou mesmo distante. O vínculo entre as famílias se estreita mais ainda quando existe relações de compadrio.

Comentam que as roças ficavam a alguns quilômetros de onde moravam, a aproximadamente duas horas de caminhada.

Os trabalhadores que tinham roça nos lugares onde moravam, viviam em condições semelhantes aos demais por realizarem as atividades agrícolas nas mesmas condições de sobrevivência.

Todos estão ligados a um passado comum. O que os separa é a experiência de vida de cada um, marcada por suas particularidades.

Parentesco e vizinhança constituía uma ligação muito forte no cotidiano de suas vidas.

"Nós caminhava assim modo duas horas pro roça do. Nós de casa e os vizinhos. Nós somo mesmo muito unido. Era bom porque o que precisava o outro ajuda". (09)

"(...) amizade no interior é bom e vale muito. Na cidade nós desconfia logo da cara das pessoas. Lá não. É tudo gente fina". (10)

"Nós se une com os vizinhos sempre que é preciso: Na época da safra, na falta das coisas em casa, no mutirão pra fazer uma casinha, na farinhada, tudo nós chama as pessoas da redondeza. Os vizinhos diziam que todo problema é só bater na porta. Nos dizia também a mesma coisa". (08)

A solidariedade é o que permitia a manutenção desse tipo de relação.

Família e vizinhança se tornavam comunidades familiares. A preservação desse espaço, socialmente construído, é conseguida através do fortalecimento das redes de vizinhança.

"Amizade de vizinho é um negócio sincero mesmo. Nós sempre estamos pedindo um favor aqui, acolá. É muito legal mesmo". (09)

"(...) no interior parece que as pessoas são mais de amizade, a gente do interior o que nós precisa, sempre nós arruma. São amigos, né?". (01)

A época da colheita era esperada com muita ansiedade pelos trabalhadores. Essa expectativa era em saber como seria a produção do ano.

"(...) tem vez que nós tem sorte. As vezes nós perde tudo". (01)

"(...) e com o filho pra criar é ruim porque a gente nunca sabe o que vai acontecer". (06)

"Não quer dizer que sempre as safras são boas, não. Tem vez que dá tudo pra trás". (09)

Nas safras consideradas boas, empregavam o dinheiro conseguido com a venda dos produtos excedentes, para comprar o que mais necessitavam.

"(...) aí nós melhorava a casa, comprava o que era preciso". (06)

"(...) nós vendemo muito na feira e aí arrumamo o barraco, colocamo porta, compramo louça que tava pouca". (13)

Nas safras consideradas ruins, tinham maneiras muito próprias de superar a crise, recorrendo a diferentes pessoas.

"(...) na época, o dono da mercearia (compadre) disse que nos vendia fiado (...) mas nós batalhamos pra ir arrumando a grana. A mulher lavou roupa, limpava casa dos outros. Eu trabalhava de pedreiro". (06)

"(...) quando acontece a praga tudo fica di
fícil. Aí eu fui fazer bico. Trabalhei de pe
dreiro, amolava faca (...) vendia o que po
dia". (13)

Em todas as entrevistas os informantes demonstr
traram certo receio em fazer algum tipo de empréstimo que
resultasse em compromisso com os bancos.

"Pra lhe dizer a verdade eu não quis esse ne
gócio de crédito (...) eles adiantavam di
nheiro, mas eu ficava cabreiro. E se desse
praga?". (06)

"O velho (pai) nunca gostou disso, porque di
zia que só dava prejuízo. Era melhor nós não
ter assistência do governo porque eu conhe
cia pessoas que estavam devendo o banco". (07)

"A terra era pequena e nós plantava as semen
tes e dava pra fazer a plantação. Nós nunca
tivemos crédito". (08)

O uso de financiamento seria uma alternativa para que se expandisse o processo produtivo dos trabalhadores mas (...) "o pequeno agricultor tem pouco acesso. Quando o consegue, o financiamento causa novos problemas: as culturas e tecnologias financiadas, muitas vezes se apresentam inadequadas para o local e a capacidade gerencial do produtor, causando-lhe prejuízos; frequentemente as parcelas do financiamento não são liberadas no período prometido e ainda, devido a sua limitada liquidez, o agricultor muitas vezes é obrigado a gastar parte dessas entradas para alimentação e outras necessidades. A não aplicação dos financiamentos na época e no volume previsto, prejudica o rendimento das culturas contempladas que, muitas vezes, não permitem a amortização dos mesmos. Desta maneira cresce o endividamento dos pequenos agricultores, e suas chances de desenvolver-se através de investimentos são cada vez mais restritas". (BURGER, KITAMURA, 1987. p. 454)

Os problemas que tinham com doenças na família eram enfrentados de maneira muito particular. Primeiro recorriam à medicina caseira, utilizando as ervas medicinais existentes no quintal.

"Tem plantas que serviam pras doenças no nosso quintal. Era chá pra tudo: pra dor, febre, gripe, sàrampo... Tem limão, mastruz, capim santo, sabugueiro. Era só ir lá, apanhava umas folhinhas, fazia o chá e tomava".

(01)

Só procuravam o posto médico no caso deesses remédios caseiros não darem resultado.

"(...) primeiro a gente se cuidava em casa. Tomava chá, descansava. Se não dava certo, a gente procura o posto de saúde". (16)

De um modo geral os entrevistados não tiveram oportunidade de estudar. Percebemos que tinham vontade de ir à escola, mas, como justificam que "na época era muito difícil", reservam essa oportunidade para os filhos.

"(...) desde cedo eu tinha vontade de lêr e escrever... Hoje penso que podia ter estudado. Agora não dá mais". (01)

"... Ela (mulher) sempre diz que quer estudar. Eu já lhe disse: mulher, estudo só pros nossos filhos". (03)

No decorrer das entrevistas foi observado, o forte elo de ligação entre as famílias e os vizinhos, ficando assegurado o apoio, confiança e a liberdade de contar, em todos os momentos, com pessoas dispostas a ajudar no que fosse preciso. Essa amizade conseguida através da cooperação e solidariedade, garantia o fortalecimento de suas formas particulares de luta, como membros da mesma comunidade.

Ao dizerem que as terras eram suas, demonstravam uma tranquilidade em seus trabalhos do roçado que refletia em segurança por acreditarem que "ninguém encostava lá".

O orçamento doméstico significava uma preocupação constante para o agricultor que via na feira um importante meio de conseguir o suficiente para a compra do que faltava em casa. As feiras, realizadas aos fins de semana, se constituía num importante ponto de encontro dos feirantes. Lá sabiam das últimas novidades ocorridas pelas redondezas. Na taberna - pequeno comércio - encontravam os artigos necessários à sobrevivência.

"Fim de semana nós chegava na feira e espera
rava faturar um dinheiro pra comprar na taber
berna o que nós precisa". (09)

Nota-se um entrelaçamento entre feira e taber
na, configurando uma relação de dependência dos trabalhadores
com esses locais que necessitavam frequentar. O momento da
escolha do comércio era muito importante. Alguns membros da
comunidade faziam a pesquisa geral dos preços das mercadori
as, nas diferentes mercearias da cidade. Aquela que estivesse
"mais em conta" seria a escolhida.

Pelo fato de morarem na mesma vizinhança, existia
um acordo entre eles, que era ficar na mesma mercearia,
estabelecendo um papel importante na relação que fossem estabelecer
com o comerciante. Esse acordo de permanecerem juntos
na mesma taberna, era uma forma de organização para enfrentar
possíveis problemas que viessem a ter com os comerci
antes. Juntos, estavam fortalecidos.

"Como nós era muito unido, a gente ia perguntando
os preços nas vendas e fazia uma relação
das mercadorias e preços. A que tivesse

mais em conta era nessa que nós todo fazia o acerto com o comerciante". (09)

Entretanto, esse acerto não significava com promisso e nem obrigação entre os interessados. O rompimento entre as partes se dava, normalmente, quando o comerciante deixava de atender pessoas que não liquidavam suas despesas mensais ou quando os fregueses, ao perceberem qualquer irregularidade, saíam desse comércio.

O que se observa é que os trabalhadores rompiam rapidamente a relação com o comércio escolhido, quando percebiam que estavam sendo explorados pelo comerciante, no preço das mercadorias.

"Quando a gente via que tavam cobrando caro nós cortava com esse dono". (09)

Denotado o flagrante dos preços altos em relação a outras tabernas da cidade, logo a notícia era espalhada pelas redes de vizinhança e o comerciante, a partir da denúncia, percebia que sua credibilidade tinha sido abalada. Seu comércio era cancelado da preferência dos que compravam

nele.

"A notícia se espalha logo e nós num procurava mais esse comércio. Se nós num gritar quem vai gritar? Agora, roubar não pode. Os roubos que eles fazem eles pagam". (08)

Consideravam esse momento como uma forma de protesto e um direito que possuíam de reclamar e tomar posição diante dos "roubos" efetuados pelos comerciantes. Esse momento vivido pelos trabalhadores denotava suas formas particulares de luta comunitária. Seus depoimentos demonstravam que o enfrentamento se dava numa prática de luta coletiva, ao resistirem a pressão do patrão, na figura do comerciante.

Com relação a questão sindical, a pesquisa nos mostrou como encaravam o sindicato.

"Eu mesmo era sindicalizado. Assistia as reuniões. Eu achava bom porque a gente ficava sabendo dos nossos direitos. Era até um sindici

cato que funcionava porque tinha reunião.
Mas nunca eu precisei dele... Eu só fazia
mesmo era pagar". (06)

"Lá no interior nós nunca fomos filiados do
sindicato. Nós se virava mesmo era sozinho".
(09)

"(...) num era sindicalizado não... Só ouvia
histórias que os cara iam só pagar, aí me
aborrecia de saber isso e não ia". (13)

"(...) era sim sindicalizada. Ficava com medo
de ter um problema de saúde. Aí eu me filiava
e pagava todo mês". (15)

Os que não eram sindicalizados davam pouca ou
nenhuma importância ao sindicato. Os filiados, o caracterizava
vam como aquele que, em caso de necessidade, prestava algum
tipo de assistência, principalmente na área de saúde.

2.2.2 - A Saída do Campo

Segundo o pensamento dos entrevistados, o rompimento havido com o campo se deu no sentido de uma insatisfação pela falta de "ganhos" suficientes para manter o mínimo necessário à sobrevivência. Isso correspondia ao interesse pela cidade grande como alternativa de novas oportunidades. Avaliavam que a falta de ganhos era relacionada com o fato de que, sendo as roças pequenas, trabalhadas por toda a família, proporcionavam uma infertilidade natural do solo, ocasionando uma produção pequena, só para o sustento dos membros da família.

Os produtos como arroz, feijão, milho, farinha eram consumidos pela família, tendo a farinha uma função significativa no contexto rural em que viviam. Além de básica na alimentação, era responsável - com a sua venda - pela complementação das suas necessidades. A farinha se tornava o único meio de conseguir "ganhos" para qualquer situação que se apresentasse.

Acreditam que pelo fato da terra, devido ao seu cultivo direto, se tornar praticamente improdutiva, acarretava uma série de problemas principalmente no sentido de obter os ganhos necessários. A compra de mercadorias diminuía

nuía mas a necessidade de consumo dos produtos básicos à sobrevivência continuava existindo.

Essas questões, avaliadas do ponto de vista do grupo comunitário em que a alimentação familiar significava a razão do próprio trabalho, passam a ser vistas como uma situação de muita dificuldade.

"A terra já tava ficando fraca. Era só aquela e nós trabalhava tudo nela. Aí a produção começava a cair e a gente colhia bem pouco. A farinha também dava menos e nós apurava menos na feira pra comprar as coisas. E a situação ficando ruim, bem ruim mesmo". (10)

O comércio como um todo, representava para os trabalhadores um mundo diversificado de produtos. Essa variedade de produtos incluía tanto os de primeira necessidade quanto os produtos ligados mais ao conforto pessoal. "Se tivesse dinheiro na época comprava porque também precisava". Podemos verificar a questão no seguinte relato.

"Tinha os comércio que vendia um monte de coisas. Tinha uns que vendia só as coisas de comer: farinha, arroz, fósforo, manteiga, mas tinha outros que era maior e vendia isso e também mais outras coisas. Tinha fazenda, tamanco, sandália, camisa, tudo isso". (09)

"(...) A gente vai crescendo e vai querendo ter outras coisas. Eu precisava não era muito não, mas era uma grana que não fosse só da bóia, pra comprar umas coisinhas pra mim". (08)

Ao enfrentarem essa situação, vêm à cidade grande com urgência na expectativa de que as condições de trabalho e de vida sejam melhoradas.

A cidade reflete a esperança de compensar a decisão do deslocamento do campo para a cidade, na busca de salário que garanta estabilidade e segurança em seus trabalhos. Podemos sentir essa situação no seguinte trecho de entrevista:

"A vida começou a apertar e não tinha jeito. Pensava que na cidade grande podia encontrar emprego que ajudasse na vida (...) aí que eu comecei a pensar em me mandar pra outro lugar que trabalha com carteira. No interior nós num passô fome mas a vida era muito apertada". (10)

Vários foram os motivos apontados pelos entrevistados como justificativa para migrarem. De um modo geral, revelaram que as terras, onde desenvolveram suas atividades agrícolas eram de herança - pequenos lotes para subsistência da família. Por ser pouca terra para plantar, avaliam que o permanente plantio, pelos membros da família, acabava comprometendo o solo pelo seu uso constante, resultando numa safra escassa de produtos.

"A terra era pouca e safra não dava muito não (...) e com mulher e filhos pra sustentar (...)" (06)

"Na roça eu nunca tive salário. A roça era pequena e ficava difícil nós trabalhar nela". (08)

"No interior a terra já estava ficando fraca porque era só aquela. A produção começou a cair e a gente colhia bem pouco". (10)

O problema da escassez da terra permanece em suas avaliações durante todo o ciclo de vida da unidade produtora.

Manifestaram preocupação principalmente com a farinha. Por ser considerada como produto básico alimentar e também pela importância da sua venda relataram que sentiram dificuldades na permanência do campo.

"A farinha também dava menos e nós apurava menos na feira pra comprar as coisas. E a situação ficando ruim, bem ruim mesmo". (10)

"Com o tempo a terra ia enfraquecendo e a farinha diminuindo. E aí como nos ia passar sem ela e sem colocar na feira?". (20)

Existia muita expectativa em conseguir uma segurança profissional através da carteira assinada. Esse desejo de adquirir a estabilidade no emprego era demonstrada como um sonho de trabalhar como operário de fábrica.

"A fábrica pra mim era um sonho que eu guardava". (02)

"Operária de fábrica era o que eu pensava ser. Tem carteira e o salário é seguro". (17)

"(...) eu sempre estava inconformado. Queria trabalhar pra ter salário. Pensava muito em trabalhar pra ser operário de fábrica".(07)

Esse grande "sonho" que projetavam em suas vidas significava perspectivas de maiores salários e obtenção dos direitos trabalhistas que passariam a ter.

"(...) sempre pensava em trabalhar com segurança. Carteira assinada na fábrica é isso e ainda dá nossos direitos". (15)

"Tinha muita vontade de trabalhar em fábrica. Carteira assinada é outra coisa... A gente tem muitas vantagens ganha mais e tem férias e pode adoecer que é atendido". (16)

Relacionam salário com melhores possibilidades de poder adquirir objetos que variam do uso pessoal a uma morada mais "decente", como se referem.

"(...) nós tinha impressão que sempre ia ser assim: ia pra roça, voltava pra casa... só que o cara vai ficando moço e muda né? a gente quer ganhar dinheiro pra melhorar a situação". (02)

"(...) vim pra cá porque queria conhecer a cidade arrumar emprego mais seguro e ter as coisas. Acho que qualquer pessoa quer ter uma casinha decente pra morar". (04)

Premido a deixar o campo, incapaz de ser absorvido pelas cidades pequenas o indivíduo migra para os

grandes centros urbanos.

"Entretanto, estes grandes centros, esgotados em sua capacidade de absorção passam a concentrar uma força de trabalho de reserva, além dos limites seguros e controláveis pelo sistema capitalista". (BLAY, 1978. p. 15-16)

2.2.3 - Rumo à Fábrica: O Presente Urbano

A passagem do trabalho rural para o fabril, geralmente, não se dá de maneira brusca. Ao chegarem à cidade, os trabalhadores procuram se integrar às atividades econômicas urbanas para garantir a sobrevivência.

São frequentes as dificuldades iniciais de adaptação à vida na cidade. O impacto do enfrentamento de situações diferentes das habituais, torna tudo estranho e difícil pra quem está chegando. Clima, alimentação, vida agitada, trânsito e confusão, formam o complexo mundo urbano, alheio à apreensão e timidez do migrante.

Embaraço e desafio fazem parte, agora, desse início da "nova" vida que começa. Embaraço pelas situações constrangedoras que a cidade grande lhes impõe e desafio na busca de "um bom salário".

Normalmente, parentes, compadres e vizinhos que já migraram, desempenham papel de apoio aos "hóspedes", dividindo a residência na fase de adaptação às novas condições de vida. Orientam também na procura de emprego.

A construção civil e emprego doméstico, são passagens frequentes feitas pelos trabalhadores de origem rural.

Além destas atividades comuns, suas trajetórias profissionais são muito diversificadas:

"Já trabalhei em muitas coisas: fui cobrador de ônibus, jardineiro, vigia, vigia de empresa, fiz biscates e outros que ia quebrando o galho. Trabalhei também na construção civil. Saí e fui trabalhar na fábrica". (04)

"Lavei roupa, fiz faxina nas casas, mas meu primeiro emprego de carteira foi mesmo na fábrica". (08)

"(...) aí fui trabalhar na construção. Carteira não tive nessa. Junto fui trabalhar de vigia, na casa de um patrão rico. Vou lhe contar aqui mesmo é que não deu. Nem uma coisa nem outra. Eu comia mal e a noite não dormia. Saí da construção e da casa do barão. Andei trabalhando aqui e ali (biscates) e aí fui pra fábrica". (02)

"Trabalhei em obra, fui cobrador de ônibus, garçom de bar de bairro, porteiro de prédio do comércio. Todos esses trabalho demoraram pouco tempo porque sempre o dinheiro era pouco. Não tinha carteira assinada e não dava pra manter quatro pessoas. Até que um dia soube que estavam precisando de gente na fábrica". (06)

Um entrevistado ao resumir sua experiência de trabalho comenta em que se arriscaria em caso de necessidade:

"Já fiz de um tudo aqui na cidade. Só não fui lixeiro. Olhe 'eu acho que é o pior. Juntar toda aquela porcaria. Mas né? se for preciso até me arrisco". (05)

Os trabalhos desenvolvidos antes do emprego na fábrica, tem para o migrante um caráter provisório. A fábrica se constitui na grande expectativa desses trabalhadores:

"(...) e depois fui pra fábrica. Tinha muita esperança nela. A fábrica pra mim era um sonho que eu guardava". (02)

"Operária de fábrica era o que eu pensava ser. Tem carteira e o salário é seguro". (17)

Ao entrarem na fábrica começam sempre como ajudante que sempre fica trabalhando ao lado de um operário que já entende a engrenagem da máquina. Este período de aprendizagem representa também uma fase em que o ajudante percebe toda a disciplina imposta pela hierarquia da empresa.

Chamado também de aprendiz, por ainda não ter controle e domínio dos conhecimentos específicos da função que vai exercer, na prática vai aprendendo até que o chefe da seção perceba o seu desembaraço. Este desembaraço significa que já está preparado para trabalhar sozinho. A partir daí passa a assumir total responsabilidade.

"Entrei como ajudante. Hoje trabalho na tecelagem. Se o fio quebra tem que mudar. Pára o tear, arruma o fio e toca o tear de novo. É muita responsabilidade". (04)

"A gente entra sem saber nada. Hoje sou operador. Trabalho na fiação: É um trabalho difícil, quer dizer, é muita responsabilidade , porque é lá que se tece o fio". (10)

O operário ao entrar na fábrica, se depara com um complexo metálico de máquinas, arrumado de acordo com as conveniências do processo de transformação da matéria-prima em produto.

A poeira proveniente dos resíduos que soltam das fibras, o calor provocado pelo ambiente fechado e supe

aquecido pelas máquinas em funcionamento, o barulho ensurdecedor dos motores e das batidas das lançadeiras, formam o ambiente em que os operários têxteis trabalham.

O clima tenso e esfumaçado em que estão submetidos, é acompanhado de uma permanente vigilância das máquinas. O operário adapta o movimento de seu corpo, ao ritmo uniforme e contínuo das máquinas.

A insalubridade, característica do trabalho têxtil, reforçada mais ainda pelas condições ambientais da fábrica acompanha o relato da maioria dos entrevistados:

"A gente não trabalha no sol, mas é no barulho do motor". (03)

"(...) é muita cansaça também porque é um barulho doido (...) o ouvido é que sente. A gente sai surdo do turno". (10)

"A gente fica em pé (...) tem muito calor e o barulho só vendo. É muito pó, quer dizer, poeira. (...) a noite é uma cansaça (...) só dá mesmo é vontade de deitar. A respira

ção às vezes tá difícil de tanto pó". (01)

"(...) a poeira arde o olho e o pulmão da gente, dói". (07)

Ao trabalharem em um lugar que "ninguém fala", "tem muitos chefes nos olhando", "a gente não pode olhar pro lado", "tudo é no relógio", "as máquinas não podem parar", "tem muita confusão e trabalheira", "não dá nem pra se coçar", os operários demonstram o caráter fatigante do trabalho provocado pela tensão nervosa sentida durante o tempo que permanecem no turno.

Indiferentes às condições humanas de seus operadores, as máquinas exaurem a força do operário, debilitando-o.

"Tais condições materiais de trabalho acarretam uma série de acidentes de trabalho e de prejuízos à saúde dos operários que tendem a ser típicas do setor têxtil: o stress nervoso, a tuberculose, acidentes com correntes elétricas e com a quebra das lançadeiras que chegam a causar mutilações e, as vezes morte". (PEREIRA, 1979. p. 88)

Em nossas entrevistas não tivemos depoimentos sobre acidentes de trabalho. O silêncio reflete a repressão que a empresa, representada por seus dirigentes, exerce sobre seus operários. O medo de perder o emprego impede a denúncia. Entretanto, mutilações e vítimas fatais existem: um ajudante de mecânico perdeu 4 dedos na máquina "Suzy" da tecelagem; operário foi "engolido" por uma das máquinas da empresa; operadora de tecelagem acidentada na cabeça, desmaiou; o braço de operário é puxado por uma máquina de puxar fio.

Estas acusações estão registradas no jornal "O RESISTÊNCIA" da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH.

Em maio de 1980, em uma reportagem de capa "CATA - Fábrica de Loucos e Aleijados", o jornal denuncia com depoimentos, esses acidentes de trabalho:

O acidente aconteceu em 13.02.1980. O ajudante de mecânico José do Nascimento Silva Rosário, 14 anos conta: "... eu gritei, mas já era tarde. Minha mão já estava presa e não dava pra tirar, pois a máquina não volta". Com sua mão presa por mais de 10', perdeu 4 dedos.

No início da década de 70, o operário Louri val foi sugado por uma máquina trituradora da fábrica. Um antigo funcionário comenta: "Foi a coisa mais horrível que eu já vi. Só a cabeça não foi moída, porque não passou".

Áurea Balieiro, operadora bobinadeira, envolvida pelo ritmo das máquinas, enloqueceu. Seu marido Manoel conta que depois de várias crises e internamento sente tremor, vontade de correr, muda de fisionomia e não sente fome. Ficou de benefício.

Francisca de Castro Dias, operária de tecala gem de fios conta: "(...) uns três homens consertavam a cobertura da fábrica. Quando dei por mim uma das tábuas caiu na minha cabeça". Hoje de benefício, não pode se aborrecer, se assusta, muito barulho lhe incomoda.

Sebastião Moraes, operário, conta que em 22.06.78 teve seu braço puxado e enrolado junto com o fio. Um ano depois foi chamado para o trabalho, sendo demitido em seguida.

O jornal também registra as não indenizações recebidas pelos acidentados e familiares das vítimas fatais.

A grande maioria dos trabalhadores da fábrica reside próximo ao local de trabalho. O aluguel das casas é descontado na própria folha de pagamento. O proprietário se dirige à fábrica e fala do interesse em receber o dinheiro referente ao aluguel, através da fábrica. Dessa maneira, se poupa de possíveis atrasos ou o não pagamento das prestações.

Por se tratar de um bairro alagado - ARCE
NAL - situado às margens do Rio Guamã, as estivas - pontes
de madeira - permitem o acesso dos moradores às suas residên
cias.

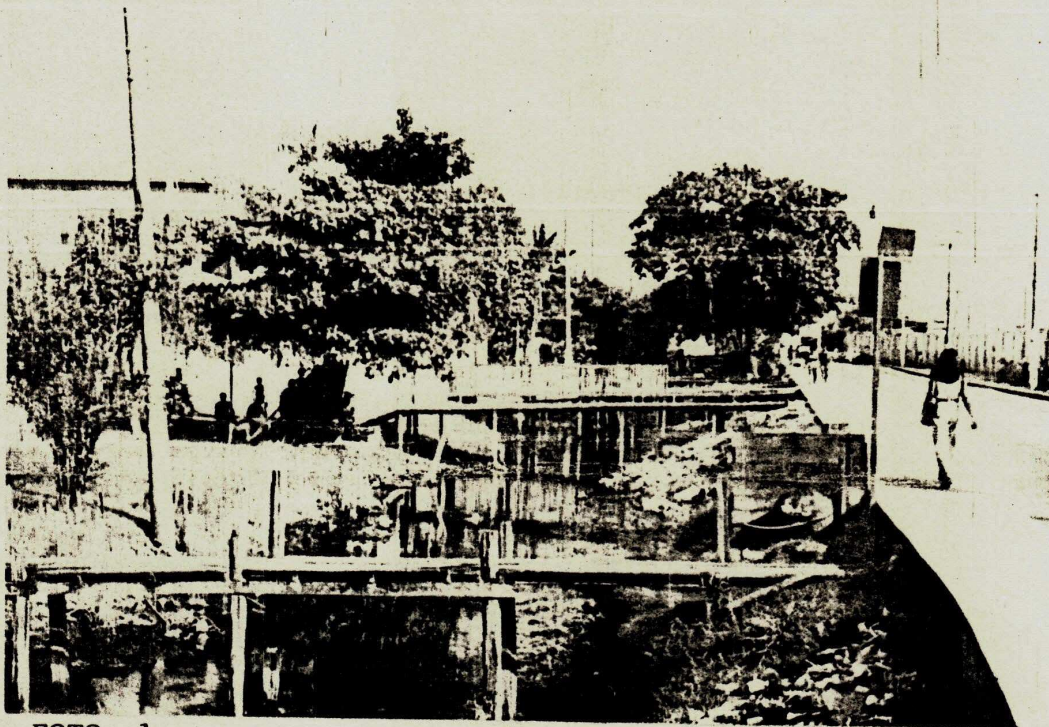


FOTO 1
ESTIVAS:- Via de acesso da fábrica à casa dos operários

As condições precárias em que vivem está con dizente com o baixo salário que recebem.

O tempo utilizado nas prolongadas jornadas de trabalho e o mínimo que recebem, refletem em insatisfações reveladas em seus discursos:

"(...) a gente passa quase o dia na fábrica e o dinheiro é pouco". (15)

"(...) o salário é pouco e nós trabalha mui to". (18)

O horário da jornada de trabalho é controlado por turnos perfazendo oito horas diárias. O intervalo de al moço - duas horas - para quem vai em casa é um espaço muito "aperreado". Para as operárias - responsáveis pelo trabalho doméstico - implica em gasto maior ainda de energia. Essa du plicidade de papéis se configura na dupla jornada de traba lho.

"Faço tudo: cuido de menino, cozinheiro, lavo, arrumo as coisas (...) quando saio deixo tudo ajeitado". (01)

"(...) é em casa e na fábrica. Tem menino para cuidar, comida pra fazer e casa pra arrumar". (14)

No momento da entrevista, julho/88, a maioria dos entrevistados possuía com o sindicato têxtil apenas o compromisso do pagamento das mensalidades. Ao comentarem sobre a atuação do sindicato, caracterizavam como aquele órgão que prestava assistência à saúde e também auxílio em caso de morte.

"Eu me sindicalizei, mas nem vou pras reuniões. Pago porque posso precisar". (15)

"Eu pago sindicato mas é só isso". (14)

"O sindicato ajuda quando a gente adoece. Tem alguns médicos. Se alguém morre tem auxílio também". (13)

"Eu sou sindicalizado mas não acontece nada lá". (20)

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Pará e Amapá, fundado em 22.12.51 não se constituía de um sindicato autônomo e atuante. Atrelado à classe patronal, as negociações eram feitas em nível da gerência da fábrica. Contam que quando a representação sindical saía das negociações com a diretoria da fábrica "já estava tudo resolvido". Os trabalhadores não eram ouvidos. Reuniões existiam mas sem discussão de assuntos na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Ao serem perguntados da participação de algum tipo de luta por melhoria de vida, afirmaram não ter havido nenhuma organização ou mobilização mais coletiva dos operários com a gerência da fábrica. Isso não quer dizer que não percebam que estão sendo explorados. Está sempre presente em seus depoimentos a consciência de que o seu dia-a-dia é pesado e fatigante. Percebem que o salário não compensa o desgaste físico provocado pelas horas que passam dentro da empresa, junto às más condições de trabalho:

"Greve? Nunca, nem se fala. Acho que mesmo só no pensamento a gente ia pra rua. Eu acho, que o salário é pouco. A gente trabalha muito e é um trabalho penoso". (20)

"Que eu sei nunca teve greve na fábrica. Se tivesse, Ave Maria, nós todos ia pra rua. O patrão coloca outra gente pra trabalhar. Quer dizer: se a gente quiser melhorar a situação a gente vai pra rua né? E aí é pior né? Agora trabalhar na fábrica ninguém aguenta por que a gente fica esgotada e o salário não dá. A gente passa muito tempo dentro da fábrica. É muita cansara". (01)

Durante vinte e oito anos de fundação da CATA, se fazer greve era uma questão considerada remota entre os operários. A categoria dos tecelões, sem mobilização e organização sindical que lutasse por melhores condições de salário e de trabalho, isolava a possibilidade de qualquer movimento que implicasse em paralização de sua atividade fabril.

O Sindicato atuando de forma conciliadora com os patrões não mobilizava os trabalhadores têxteis.

Com a morte do presidente do sindicato, no início do ano de 1990, ocorreu a eleição da nova Diretoria. Mais atuante e compromissada com os interesses dos trabalhadores, a direção do sindicato representada agora pela presença feminina, começa a organizar a classe trabalhadora. Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho eram razões fortes para a participação de reuniões periódicas no sindicato. A partir daí se germina a semente que fará eclodir a primeira greve da CATA.

No dia 06 de agosto de 1990, o jejum de 28 anos dos operários da CATA foi quebrado. A deflagração da greve abre espaço para a organização da categoria e o movimento sindical paraense se fortalece.

Diante da posição dos patrões de não reporem as perdas salariais avaliadas em 200%, os operários paralisam por nove dias suas atividades fabris. A fábrica parou. Não houve necessidade de piquetes. A adesão total dos operarios, dispensava essa atitude.

Concentrados em frente à fábrica, mantinham plantão permanente. A vigília era no sentido de atentar para possíveis intimidações dos patrões no sentido de recuar o movimento. Intimados a voltarem ao trabalho, não se intimi

daram.

Os portões foram abertos. "Ninguém entrou".

A polícia apareceu e os patrões pretendiam pedir, junto ao TRT - Tribunal Regional do Trabalho, a ilegalidade da greve. Ainda assim, a fábrica continuava vazia.

A volta ao trabalho só ocorreu quando houve a negociação. Conquistados 72,08% de reposição parcelados em três vezes, os operários decidiram voltar ao trabalho.

Entrevistados em frente à fábrica, sobre o porquê de estarem grevando, se sempre sonharam em ser operários de fábrica, responderam:

"Era um sonho mesmo. Só que esse sonho acabou. Não dá mais pra sonhar. Depois que a gente sabe o que é esse trabalho, não dá". (39)

"A gente tá grevando porque a nossa barriga tá doendo e a dos filhos também. Esse negócio de sonho já passou". (36)

"Não dá pra sonhar de barriga vazia. A gente tem que grevar porque o nosso dinheiro é uma miséria". (25)

Sobre a atuação do sindicato com a nova Diretoria, comentaram:

"Nós nunca parou antes porque o sindicato não era forte. Agora eu acho que vale a pena se sindicalizar. Essa mulher que tá agora na frente é forte mesmo". (23)

"Antes ninguém se reunia no sindicato. Agora não. Daque pra frente é só a gente grevar quando achar que é necessário". (27)

"Agora eu vou assistir as reunião no sindicato porque agora é pra valer". (40)

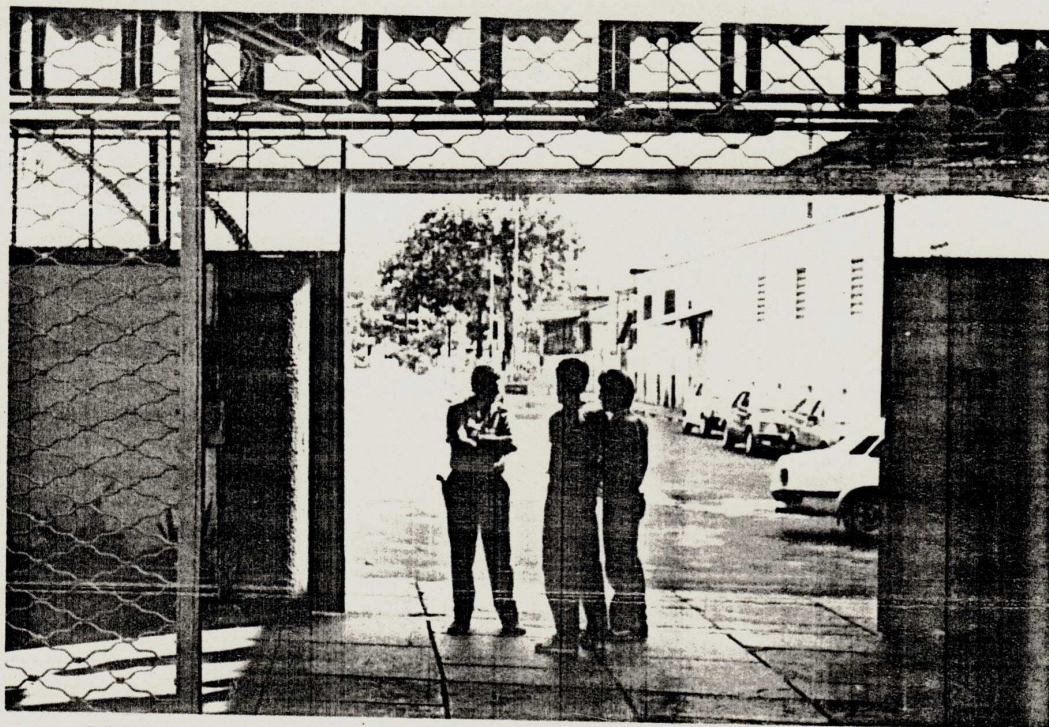


FOTO 2

PORTÃO PRINCIPAL DA CATA

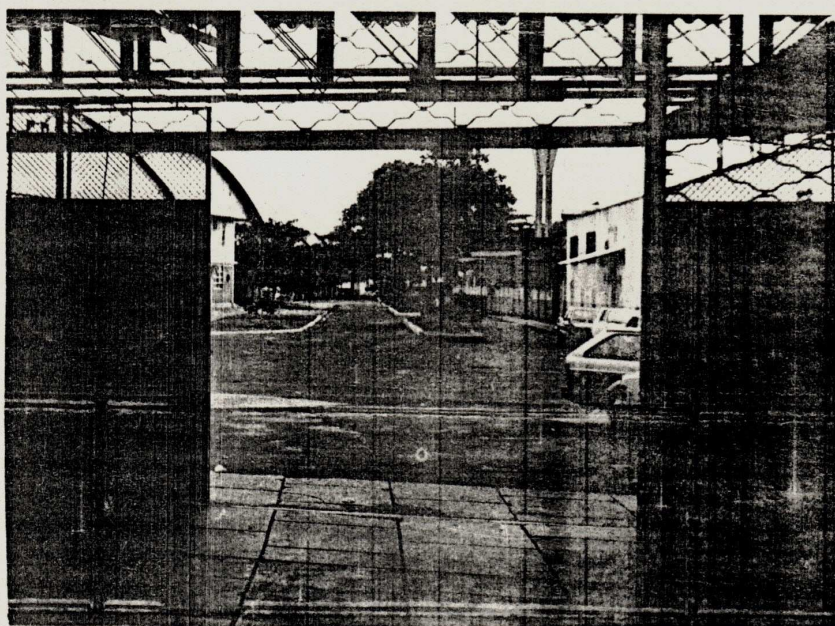


FOTO 3 PORTÃO ABERTO SEM PIQUETE



FOTO 4

REIVINDICAÇÃO DOS OPERÁRIOS



FOTO 5



FOTO 6
CONCENTRAÇÃO DE OPERÁRIOS EM FRENTE À CATA



FOTO 7



FOTO 8 ADESAO TOTAL DOS OPERÁRIOS



FOTO 9 MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO

3. VOLTAR PRA TERRA OU SOFRER NA FÁBRICA?

Os trabalhadores iniciam sua vida produtiva no trabalho rural. A partir de um determinado momento passam a trabalhar na fábrica.

A concepção de mundo construído a partir de suas trajetórias de vida se manifesta através de suas experiências marcadas em mundos completamente distintos: rural e urbano.

Deixam bem claros em seus depoimentos, aspectos vantajosos na atividade rural. Consideram livre o trabalho que desenvolveram no campo pela autonomia que sempre tiveram em dirigí-lo. O tempo e o ritmo, eram dados por eles de acordo com as necessidades que o trabalho agrícola exigia. A ausência de controle e vigilância justifica a liberdade sentida no campo:

"Mas na lavoura é bom porque a gente no campo ninguém tá do lado da gente dizendo o que está certo e o que está errado". (03)

"Na roça é mais livre. Na fábrica é aquele monte de gente olhando". (05)

"No interior eu acho que as pessoas estão mais livres (...) por isso que a gente sempre trabalha tranquilo, porque a gente nunca teve patrão no roçado". (10)

Por outro lado, os operários ressaltam a segurança que a fábrica proporciona e os direitos garantidos pela carteira assinada.

"Na fábrica a gente tá seguro porque tem carteira assinada". (17)

"(...) quando assinam a carteira da gente, é quando nós sente a segurança que a fábrica dá". (11)

A comparação entre o trabalho agrícola e o fabril, varia muito entre eles. Enquanto para uns, o trabalho rural é pior do que na fábrica: "no roçado é pior que

aqui porque é no sol quente, na fábrica a gente não leva chuva e nem sol". (20); para outros, o campo é melhor: "na roça é melhor porque a gente planta e sempre tá mais folgado. Na fábrica é pior porque é tudo controlado". (10)

Outros operários ressaltam dessa comparação, certos aspectos desfavoráveis da condição de operário, embora considerem o urbano e particularmente a fábrica, de um modo geral, melhor que o campo. O parâmetro para essa avaliação é a jornada de trabalho que consideram extensa e desgastante.

Expressam a lembrança de um passado de fartura - na época da "safra boa" - ao se referirem ao campo: "na safra boa era fartura mesmo que nós comemos bem".(06) O espírito nostálgico com que falam do roçado, parece associar o "comer bem" com o fato de terem tido um pequeno lote de terra para cultivo de subsistência: "(...) e nós passava bem na roça. Era pequena mas a gente não passava muita necessidade". (06)

Apesar de sempre se referirem a pequenos lotes de terra, comentam que sempre tinham o que comer, por isso gostavam da vida no interior.

"(...) duvido que nós passasse fome. Por isso que antes era bom". (01)

Entretanto, quando comparam passado e presente falando que antes era bom por não terem passado fome, não deixam de revelar que encontravam dificuldades na vida rural. Na cidade viam perspectivas de mudança.

"Era bom porque mesmo pouco, tinha o que comer. Mas lá era difícil viver e eu queria melhorar de vida na cidade". (19)

"(...) lá no interior eu tinha vontade de ler, escrever, mas tudo era difícil e queria trabalhar (...) aí sonhava com a cidade, com o estudo(...)". (01)

Os entrevistados relatam que quando eram trabalhadores rurais, sobreviviam com base em sua própria produção doméstica de alimentos. Em Belém, trabalhando como operários, sobrevivem comprando os produtos que vêm do campo:

"(...) eu fui um cara que vivia do que produzia na lavoura. Agora não. Na cidade, a gente pra comer, tem que comprar na vendinha e fiado". (02)

"O interior é bem diferente da cidade. Aqui tem que ser tudo com dinheiro". (19)

Saídos do campo, esses indivíduos trazem consigo não somente sua força de trabalho mas também sonhos com a cidade grande e a nostalgia do mundo rural.

E hoje, quais suas expectativas?

"Eu antes não pensava em voltar pro interior mas agora já com essa idade ainda estou lutando com muita dificuldade. Se for pra ficar assim a vida toda, eu prefiro um dia voltar". (02)

"Aqui tem ladrão, assalto mas eu não quero voltar pro interior. A gente aqui vive com dificuldade mas, sabe, tem mais trabalho pra tentar". (01)

"Não quero voltar pra lá mas lembro que a gente passava menos necessidade(...) o roçado tá lá. A gente vai ficar mesmo é por aqui, batalhando até as coisas melhorar". (03)

"(...) achava que ia dar tudo certo mas com três filhos e mulher pra sustentar eu acho que o interior é melhor". (09)

"Eu não quero voltar pro roçado aqui tem aquele dinheiro certo no fim do mês. No roçado é mais difícil porque tem safra boa e ruim". (10)

"(...) não sei o que é pior. Conheço as duas coisas". (18)

"(...) nem dá pra dizer o que é melhorou pior. Nos dois tem dificuldade". (15)

"Nem sei o que fazer, se volto pra roça ou se fico na fábrica". (20)

Os trabalhadores se encontram na cidade. São operários de origem rural. Sem terra, sem os meios de produu

ção e tampouco sem o produto do seu trabalho, os operários inseridos num código próprio do trabalho fabril, absorvem toda a forma de dominação imposta pelo discurso ideológico gerencial. São ex-trabalhadores rurais.

No processo da ruptura das relações sociais do campo com a cidade, atitudes, valores e comportamentos se chocam. Ao saírem do campo na busca de melhores condições de vida se defrontam com o mercado urbano. Nesse caminho a força de trabalho familiar se depara com as diferentes alternativas de emprego. Começa a sua nova trajetória profissional, agora urbana.

As possibilidades de trabalho aumentam. No início a conquista da carteira assinada é difícil e se tornar operário é um sonho. A fábrica os absorve. Estimulados pelo salário certo, mas insuficiente, os trabalhadores se submetem ao capital. A força de trabalho e toda operação a ser executada por ela, está controlada. No processo de produção capitalista o comportamento gerencial impede que o operário crie e imagine seu próprio trabalho.

Por não terem mais a terra para plantar e comer do roçado, agora o que mais lhes inquieta é que dependem totalmente do salário para se reproduzir enquanto força de

trabalho.

O passado rural lembrado pelo não passar fome mas marcado pelas dificuldades e falta de perspectivas de melhoria social, é alimentado algumas vezes como recurso de sobrevivência. Na realidade trata-se de um raciocínio pouco estimulador: as condições em que deixaram o contexto rural refletem a nítida consciência da perda dos meios de produção sem perspectivas de assalariamento. Mesmo os parentes que ainda continuam no interior trabalhando com a terra, por falta de recursos, continuam condenados a uma produção limitada. Se antes a opção pela cidade era vista pela crença generalizada da melhoria da sua realidade social, a ausência e/ou precariedade das condições básicas de sobrevivência permanece no contexto urbano.

Não possuindo mais a terra para manter o rogado e sem perspectivas de melhoria social no contexto rural, em que condições retornariam à terra?

Sofrendo na fábrica as consequências da submissão e dominação do assalariamento industrial, permanecem no penoso trabalho fabril sob que propostas de mudanças nas suas condições de trabalho e vida?

Assim, voltar pra terra ou sofrer na fábrica?

Na verdade esse é um dilema falso. No campo e na cidade o trabalhador sofre o agravamento de sua subordinação ao capital no contexto de miséria em que está vivendo.

Enquanto não houver mudanças profundas e substanciais que reflitam em torno de suas condições de vida e trabalho, ele continuará sendo explorado.

O trabalhador rural mobilizado através do sindicato, já vem reivindicando sua autonomia frente à exploração e submissão direta por parte dos grandes proprietários.

O operário se organizando na sua categoria sindical, luta por melhores salários e direitos trabalhistas.

Portanto, a reprodução social dos trabalhadores não se processa de maneira uniforme e ordenada. Depende dos avanços e recuos na luta por melhores condições tanto no campo como na cidade, onde a questão principal configura a luta entre as classes.

Assim, poderá o trabalhador rural se fixar na terra e o operário deixar de sofrer na fábrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J.C. de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**
7a.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 295p.
- ACEVEDO, R.; HÉBETTE, J. **Mobilidade do Trabalho: revisão teórica.** Belém: UFPa./NAEA, 1982. 56p. (Seminários e Debates, 7)
- ARAGON, L.E. Concentração da propriedade da terra e o despovoamento da Amazônia: O campo migratório de Belém-Pará. In: REUNIÃO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL NA AGRICULTURA, 3, Rio Branco, 13-15, set, 1979 (mimeo)
- _____. "El proceso Migratório a Goiás Amazônico: adaptación o Supervivencia?" In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS LATINOAMERICANISTAS, 1, Paipa, 1977.
- _____. ; MOUGEOT, L.J.A. Introdução. In: MIGRAÇÕES Internas na Amazônia; contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPa./NAEA, 1986. p.3-16 (Cadernos NAEA, 8)
- BLAY, E.A. **A luta pelo espaço.** Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- BURGER, D.; KITAMURA, P. Importância e viabilidade de uma pequena agricultura sustentada na Amazônia Oriental. **Tub. Geog. Stud.**, Tubingen, nº 95: 447-461, 1987.

- CASTRO, E.M.R. de. Processo de trabalho. qualificação e trajetórias profissionais em Belém. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8, Águas de São Pedro, 1984, p. 39-74.
- COMPANHIA AMAZÔNICA TÊXTIL DE ANIAGEM. CATA. **Amazônia 1962-1987; uma história de sucesso.** Belém, 1987.
- EGLER, E.G.A. A Zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v.23, n 3, p.75-103, 1961. Separata da Revista Brasileira de Geografia.
- EMMI, M.F. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: UFPa./NAEA, 1987. 196p.
- HEBETTE, J. et al. **Amazônia no processo de Integração Nacional.** Belém: UFPa., 1974. 96p. (Coleção NAEA/FIPAM).
- HEBETTE, J.; CASTRO, E. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense. In: NA TRILHA dos Grandes Projetos. Modernização e Conflitos na Amazônia. Belém, UFPa./NAEA. 1989. p.7-40 (Cadernos NAEA, 10).
- HEREDIA, B.M.A. de. **A morada da vida; trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- HURLEY, J. Noções de História do Brasil e do Pará. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1938. 576p.
- MAHAR, D.J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia; uma análise das Políticas Governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. 259p. (Relatório de Pesquisa, 39).
- MITSCHERIN, T.A. et al. Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia; o caso de Belém. Belém, CEJUP, 1989. 236p.
- MOUGEOT, L.J.A. Introdução. In: MIGRAÇÕES Internas Na Amazônia: Contribuições Teóricas e Metodológicas. Belém: UFPa./NAEA, 1986. p. 17-22 (Cadernos NAEA, 8)
- MOURA, E.A.F. et al. A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus. Belém: UFPa./NAEA, 1986. 59p. (Seminários e Debates, 10)
- MOURÃO, L. Memória da Indústria Paraense: Belém, FIEPA, 1989. 93p.
- MOVIMENTO HISTÓRICO ABRE ESPAÇO PARA ORGANIZAÇÃO; greve na CATA. Bol. da CUT, Belém, nº 2: out. 1990.
- PATERNOSTRO, J. Viagem ao Tocantins. S. Paulo: Ed. Nacional, 1945.
- PENTEADO, A.R. Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará: Belém, UFPa., 1967. v.1 (Coleção Amazônica: Série José Veríssimo).

- PEREIRA, V.M.C. O coração da fábrica; estudo de caso entre operários têxteis. Rio Janeiro: Campus, 1979. 242p.
- RESISTÊNCIA. Resistir é o primeiro passo. Belém, SPDDH, v.2, nº 12, maio, 1980.
- SANTOS, R. A Economia do Estado do Pará. Belém, IDESP: 1978. 282p. (Relatórios de Pesquisa, 10)
- _____. História Econômica da Amazônia (1800-1920). S. Paulo: T.A. Queiroz, 1980. 358p.
- SENA FILHO, M. Contribuições para uma teoria de migração para a Amazônia: nota de discussão. In: O DESPOVOAMENTO do Território Amazônico. Contribuições para sua interpretação. Belém: UFPA./NAEA. 1983. p. 27-53 (Cadernos NAEA, 6)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Desenvolvimento econômico da Amazônia. Belém, 1966. (Coleção Amazônia: Serie Augusto Montenegro), p.139
- VELHO, O.G. Frente de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.

OBRAS CONSULTADAS

- CRUZ, E. A estrada de ferro de Bragança; vida social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955. 158p.
- LOPES, L.J.S. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 220p.
- MENEZES, M.A. de. "Da Paraíba prá S. Paulo e de S. Paulo prá Paraíba"; migração família e reprodução da força de trabalho. C. Grande: UFPb, 1985. Dissertação de Mestrado. (mimeo).
- REIS, A.C.F. A Amazônia e a Integridade do Brasil. Manaus, 1966. 96p. (Alberto Torres, 4)
- ROSA, T.C.C. Aspectos da Industrialização na Amazônia; repercussões sobre o perfil da M.O. Belém: 1982. Dissertação de Mestrado. (mimeo)
- SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. S. Paulo: Duas Cidades, 1979. 260p.

- SENA FILHO, M. Contribuições para uma teoria de migração para a Amazônia: nota de discussão. In: O DESPOVOAMENTO do Território Amazônico. Contribuições para sua interpretação. Belém: UFPa./NAEA. 1983. p. 27-53 (Cadernos NAEA, 6)
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. S. Paulo: Duas Cidades, 1979. 260p.
- VELHO, O.G. **Frente de expansão e estrutura agrária**; estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.

A N E X O S

ANEXO 1

DADOS GERAIS SOBRE OS ENTREVISTADOS (EM 88: 2º SEMESTRE)

Nº	SEXO	ANO DE NASCIMENTO		IDADE		ORIGEM		TRAJETÓRIA	ANO QUE QUER		TRAJETÓRIA	ANO QUE QUER		TRAJETÓRIA	ANO QUE QUER		IDADE AO ENTRAR NA FÁBRICA	IDADE AO ENTRAR NA FÁBRICA
		MENTO				MUNICÍPIO	M.R.H.		MI	GR		MI	GR		MI	GR		
01	F	1953	35	Marapanim	Salgado			Rogado	1971	18	Fábrica, s.gerais	1982	29					
02	M	1951	37	Bujaru	Castanhal			Rogado	1970	19	C.civil,vigia,bis cate,fábrica	1983	32					
03	M	1964	24	Oeiras	Cametá			Rogado	1986	22	C.civil,fábrica	1986	22					
04	M	1948	40	Santarém	Santarém			Mercearia, serin gal, barqueiro	1968	20	Cobrador de ôni bus,jardineiro , vigia, s. gerais, c.civil,fábrica	1980	32					
05	M	1950	38	Cametá	Cametá			Rogado, castanhal, barqueiro	1973	23	"já fiz de tudo" fábrica	1984	34					
06	M	1945	43	Baião	Cametá			Rogado	1975	30	Cobrador de ôni bus,gargom, por teiro, fábrica	1980	35					
07	M	1949	39	Viseu	Guamá			Rogado	1983	34	Fábrica	1983	34					

continua...

Continuação

Nº	SEXO	ANO DE NASCIMENTO		IDADE		ORIGEM		TRAJETÓRIA	ANO QUE MI GRUPO		TRAJETÓRIA	IDADE AO MI GRUPO		ANO DA ENTRADA NA FÁBRICA	
		MENTO				MUNICÍPIO	M.R.H.		MI	GRUPO		AO MI	GRUPO	CA	FÁBRICA
08	F	1959	29	Maracanã	Salgado			Roçado	1977	18	Lavadeira, faxineira, fábrica	1982	23		
09	M	1944	44	Bragança	Bragantina			Roçado	1970	26	C. civil, biscate, fábrica	1983	39		
10	M	1964	24	Barcarena	Belém			Roçado	1982	18	C. civil, fábrica	1982	18		
11	M	1940	48	Santarém	Santarém			Mercearia, seringa, barqueiro	1963	23	Fábrica	1964	24		
12	M	1949	39	Igarapé-Açu	Bragantina			Roçado, castanhal, barqueiro	1972	23	Fábrica	1972	23		
13	M	1944	44	Abaetetuba	Cametá			Roçado, serviços gerais	1976	32	Fábrica	1976	32		
14	F	1952	36	Marapanim	Salgado			Roçado, costureira, lavadeira	1975	23	Faxineira, fábrica	1976	24		
15	F	1960	28	Igarapé-Miri	Cametá			Roçado, S. gerais	1982	22	Fábrica	1984	24		

continua...

Continuação

Nº	SEXO	ANO DE NASCIMENTO		IDADE		ORIGEM		TRAJETÓRIA	ANO QUE MI-GROU		TRAJETÓRIA	ANO QUE MI-GROU		TRAJETÓRIA	ANO QUE MI-GROU		IDADE AO ENTRAR NA FÁBRICA
						MUNICÍPIO	M.R.H.										
16	M	1946	42	Bragança		Bragantina		Roçado, mercearia	1979	37	Fábrica	1979	37				
17	F	1951	37	Bragança		Bragantina		Roçado, pesca	1982	31	Fábrica	1982	31				
18	F	1948	40	Vigia		Salgado		Roçado	1983	35	Fábrica	1983	35				
19	M	1943	45	Breves		Furos de Breves		Roçado, pesca, cate	1978	35	Fábrica	1978	35				
20	F	1953	35	Moju		Tomé-Açu		Roçado	1976	23	Fábrica	1979	26				

FONTE:- Pesquisa de Campo.

ANEXO 2

DADOS GERAIS SOBRE OS ENTREVISTADOS NO MOMENTO DA GREVE (AGOSTO/90)

NÚMERO	SEXO	O R I G E M		ANOS DE CATA
		MUNICÍPIO	M.R.H	
21	F	Benevides	Belém	3
22	M	Marapanim	Salgado	27
23	M	Bragança	Bragantina	13
24	M	Maracanã	Salgado	13
25	F	Igarapé-Açu	Bragantina	6
26	F	Bragança	Bragantina	13
27	M	Abaetetuba	Cametã	6
28	F	Maracanã	Salgado	5
29	M	Abaetetuba	Cametã	10
30	F	Cametã	Cametã	10
31	M	Maracanã	Salgado	7
32	M	Barcarena	Belém	8

continua...

Continuação

NÚMERO	SEXO	O R I G E M			ANOS DE CATA
		MUNICÍPIO	M.R.H.		
33	F	Mocajuba	Cametã		11
34	F	Bragança	Bragantina		7
35	M	Bonito	Bragantina		3
36	F	Primavera	Bragantina		8
37	M	Mocajuba	Cametã		7
38	M	Marapanim	Salgado		.9
39	F	Peixe-Boi	Bragantina		6
40	M	Capanema	Bragantina		9

FONTE:- Pesquisa de Campo.

ANEXO 3

MESO E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARÁ

ESTADO DO PARÁ

011. MESORREGIAO DO BAIXO AMAZONAS

031. MICRORREGIAO DE ÓBIDOS

Faro
Juriti
Óbidos
Oriziminá

032. MICRORREGIAO DE SANTARÉM

Alenquer
Monte Alegre
Pratuba
Santarém

033. MICRORREGIAO DE ALMEIRIM

Almeirim
Porto de Moz

012. MESORREGIAO DE MARAJÓ

034. MICRORREGIAO DE PÓRTEL

Dagre
Curupá
Melgaço
Pórtel

035. MICRORREGIAO DOS FUROS DE BREVES

Afuá
Anajás
Breves
Curralinho
São Sebastião da Boa Vista

036. MICRORREGIAO DO ARAÚ

Cachoeira do Arari
Chaves
Muaná
Ponta de Pedras
Salvaterra
Santa Cruz do Arari
Soure

013. MESORREGIAO METROPOLITANA DE BELÉM

037. MICRORREGIAO DE BELÉM

Ananindeua
Belém
Belém
Belém

038. MICRORREGIAO DE CASTANHAL

Bujaru
Castanhal
Inhangapi
Santa Isabel do Pará
Santa Antônia do Tauá

014. MESORREGIAO DO NORDESTE PARAENSE

039. MICRORREGIAO DO BALGADO

Colares
Curuçá
Mangalhas Barata
Maracanã
Marapanim
Santópolis
São Bartolomeu do Odebrete
São João de Pirabas
Vigia

040. MICRORREGIAO DE BRAGANTINA

Augusto Corrêa
Bonito
Bragança
Capitania
Igarapé-Açu
Pelae-Bel
Primavera
Santa Maria do Pará
Santarém Novo
São Francisco do Pará

041. MICRORREGIAO DE CAMETA

Abaretuba
Bailão
Cametá
Igarapé-Miri
Limoeiro do Ajuru
Mocajuba
Oeiras do Pará

042. MICRORREGIAO DE TOMÉ-AÇU

Acará
Conceição do Pará
Maju
Taliandia
Tomé-Açu

043. MICRORREGIAO DO GUAMA

Capitão Poço
Carraão do Norte
Irituba
Mãe do Rio
Ourém
São Domingos do Capim
São Miguel do Guamá
Vizeu

015. MESORREGIAO DO SUDOESTE PARAENSE

044. MICRORREGIAO DE ITAITUBA

Avelro
Itaituba
Itaipora

045. MICRORREGIAO DE ALTAMIRA

Altamira
Medicilândia
Pacajá
Senador José Porfírio
Unurá

016. MESORREGIAO DO SUDESTE PARAENSE

046. MICRORREGIAO DE TUCURUI

Itupiranga
Jacunda
Tucuruí

047. MICRORREGIAO DE PARAGOMINAS

Bom Jesus do Tocantins
Dom Eliseu
Paragominas
Rondon do Pará

048. MICRORREGIAO DE SÃO FELIX DO XINGU

Ouro Preto do Norte
São Félix do Xingu
Tucumã

049. MICRORREGIAO DE PARAUAPEBAS

Carlinópolis
Parauapebas

050. MICRORREGIAO DE MARABÁ

Brejo Grande do Araguaia
Marabá
São João do Araguaia

051. MICRORREGIAO DE REDENÇÃO

Redenção
Rio Maria
São Geraldo do Araguaia
Xinguara

052. MICRORREGIAO DE CONCEIÇÃO DO ARAQUAIA

Conceição do Araguaia
Santa Maria das Barreiras
Santana do Araguaia

Novo TIMBOTEUA!